

Serviço Social e Homossexualidade

Marcelo Ricardo Prata¹

RESUMO:

Este Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social visa abordar o tema Família, escola, homossexualidade e violência. A idéia central é traçar um contexto histórico da formação da família e da escola, bem como suas novas configurações, trazendo à reflexão uma questão social muito presente em seu interior: a violência doméstica e escolar – seja física ou simbólica – contra homossexuais. Trago também uma breve discussão acerca dos territórios e comunidades ditas seguras, inserindo o núcleo familiar e escolar nestas duas categorias. Enfim a reflexão em torno da homossexualidade deve permear todos os espaços profissionais, seja no campo da assistência social, seja no âmbito escolar, para que se possa combater a homofobia.

Palavras chaves: Família, Homossexualidade e Escola

Social Work and Homosexuality

Abstract:

This work of conclusion of the Social Work Course aims to cover the family ,school, and homosexuality and violence theme. The core idea is to trace a historical context of the formation of the family and school, as well as its new configuration, bringing into light a social issue which is intrinsically very present: domestic and school violence ,whether physical or symbolic, against homosexuals. A brief discussion concerning territories and communities considered safe, including the family nucleus and schools in these two categories, is raised. In short, the reflection concerning homosexuality should permeate all professional areas, whether in the Social Work field or school environment, so that homophobia can be confronted.

Keywords: family, homosexuality, and school

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO

CAPITULO 1 – BREVE HISTORICO DA HOMOSSEXUALIDADE

¹ Mestrando em Serviço Social na PUC-Rio. Trabalho feito sob a orientação de Eliza Regina Ambrosio. O autor agradece a todos que fazem a vida valer a pena.

- 1.1 O Movimento no Brasil
- 1.2 Família e Homossexualidade
- 1.3 Homofobia na escola

CAPITULO 2 – O GRUPO CIDADANIA GAY DE CONSCIENTIZAÇÃO HOMOSSEXUAL

- 2.1 Histórico da instituição
- 2.2 Quem são os homossexuais e travestis atendidos pelo Serviço Social do Grupo Cidadania Gay – algumas reflexões (Apresentação da pesquisa)
 - 2.2.3 A proteção social

CAPÍTULO 3 - O SERVIÇO SOCIAL E O TRABALHO JUNTO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS

3.1 – Os Movimentos Sociais vistos como novas alternativas para o trabalho do Serviço Social

3.2 - O Serviço Social e o trabalho junto ao Grupo Cidadania Gay de Conscientização Homossexual

CONSIDERAÇÕES FINAIS

BIBLIOGRAFIA

ANEXOS

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso é consequência de alguns estudos acerca das relações entre os homossexuais (masculinos e femininos), travestis e transgêneros, escola, família e sociedade. Antes de começá-lo, foi elaborado um projeto de pesquisa intitulado: Quem são os homossexuais e travestis atendidos pelo Serviço Social do Grupo Cidadania Gay, que traz algumas reflexões acerca do assunto. Conseqüentemente, elaborei um relatório sobre os dados obtidos com a realização das entrevistas e sobre os dados revelados por ela, o que me

forneceu subsídio para a preparação do presente trabalho, dividido em dois capítulos.

O estudo sobre a importância do Grupo Cidadania Gay de Conscientização Homossexual e seu público alvo foi de extrema importância e relevância para minha formação profissional, bem como para a elaboração da pesquisa e seus resultados.

No primeiro capítulo aproprio-me de elementos conceituais da literatura específica sobre homossexualidade, família e escola, traçando um perfil histórico acerca da discriminação, violência e exclusão a que muitas pessoas estão sujeitas por causa da sua orientação sexual.

Podemos observar também no primeiro capítulo, as mudanças pela qual a sociedade vem passando e seu modo de expressar sua sexualidade. Os papéis sexuais/sociais aos quais homens e mulheres estão submetidos também nos traz importante contribuição para a discussão sobre a homossexualidade e a discriminação e preconceito acerca dela.

Ainda sobre o primeiro capítulo, podemos notar que as violências físicas e simbólicas estão presentes no cotidiano dos homossexuais masculinos, femininos e transgêneros e, que se torna mais grave quando estes sujeitos decidem se travestir e se comportar como o sexo oposto.

Os profissionais que atuam diretamente com esta população, a meu ver, devem contribuir para que estas pessoas sejam capazes de lutar e garantir seus direitos como cidadãos e, passem a ter uma visão mais crítica sobre a realidade vivida.

Há que se ressaltar, que os homossexuais estão inseridos em um contexto social e que é sempre preciso levar em conta as questões econômicas, sociais e culturais, já que estes fatores constituem a realidade social nos seus diversos aspectos.

No segundo e terceiro capítulos importei-me com a prática do Serviço Social junto aos homossexuais e com o contexto institucional onde se realizou o projeto de pesquisa já referido.

Enfim, com os dados deste presente trabalho, espero contribuir para que outras pessoas possam se orientar e planejar suas ações neste campo, que vem crescendo a cada dia.

CAPITULO 1 – BREVE HISTORICO DA HOMOSSEXUALIDADE

Falar em homossexualidade é falar da evolução da própria humanidade e dos papéis sociais/sexuais desempenhados pelos seres vivos. Este capítulo tem por objetivo percorrer os caminhos muitas vezes tortuosos pelos quais os homens e mulheres passam simplesmente por causa de sua orientação sexual. Sobre a homossexualidade, Rodrigues coloca que:

“A homossexualidade sempre acompanhou a história da humanidade, havendo registro deste tipo de comportamento sexual até mesmo entre os povos selvagens e, na natureza, entre os animais”.²

A homossexualidade na história do homem percorre vários momentos históricos sociais que vão desde a Grécia Antiga, onde o amor homossexual era tido como normal e não como problema (assim como podemos observar nos dias atuais). O que na Grécia era tido apenas como “rito” de passagem ou mesmo “traço cultural”, nos séculos seguintes se tornou motivo de preocupação por parte de algumas religiões e também pela medicina. Neste contexto, a homossexualidade passa a ser “satanizada” e começa a ser considerada doença entre os médicos higienistas. A ela foi atribuída a culpa pela proliferação de doenças e pelo fim da família, da moral e dos bons costumes.

A amizade entre os jovens gregos com homens mais velhos era vista apenas como a passagem das virtudes e da inteligência dos sábios para os jovens ainda em crescimento. O homem só se tornava adulto, assumia um papel “ativo” após os 25 anos de idade, escolhendo um menino e, depois se casando, tornando-se assim um cidadão. A homossexualidade era vista apenas como um sentimento puro que equivalia ao amor e a virtude. Segundo Rodrigues:

“Para o cidadão romano, o sexo de seu parceiro importava pouco, era apenas uma predileção pessoal ou de uma oportunidade”.³

Observamos nesta situação que os papéis sociais/sexuais ainda não eram claramente impostos pela sociedade, porém para que o cidadão grego pudesse ser respeitado, ele precisava ser “ativo” e não “passivo” na relação. Ele

² RODRIGUES, Humberto. O amor entre iguais. Editora Mythos, São Paulo, 2004. p 35.

³ Ibidem. p. 43.

precisava dominar e não ser dominado, a virilidade era o que realmente importava para os homens gregos.

No Império Romano, segundo Rodrigues:

“Era normal os homens manterem o uso abundante de perfume, maquiarem os olhos, alongando as sobrancelhas com carvão e, sempre munidos de espelho, esfregarem as faces com farinha para torná-las macias, a brincadeira preferida para estes homens era casarem uns com os outros e em alguns casos até com um dote para seu suposto esposo”.⁴

A homossexualidade no contexto greco-romano do início do Século II foi culpabilizada pelo declínio do Império, já que os políticos e religiosos da época concluíram que o contato com os corpos e as paixões desmedidas estavam levando os cidadãos à escravidão da mente e dos sentidos. Segundo Rodrigues:

“A conversão de Constantino, o paganismo foi se fundindo a religião do imperador e assim, a homossexualidade foi colocada totalmente fora da lei e às vezes, brutalmente punida”.⁵

Inicia-se aqui, com o Imperador Constantino as primeiras manifestações de homofobia⁶, o que nas gerações futuras causou e continua causando várias formas de violência contra os homossexuais, que abordarei mais adiante quando falar dos papéis sociais e sexuais a que o sujeito, independente de ser homossexual ou não, é obrigado a (con)viver. Outras formas brutais de punição a homossexuais se seguiram a partir deste momento histórico.

⁴ Ibidem. p. 50.

⁵ Ibidem. p. 52.

⁶ Discriminação contra homossexuais. In: Mott. Luiz. Crônicas de um gay assumido. Editora Record, Rio de Janeiro, 2003, p. 195.

No século V, com a entrada de uma nova era, o Cristianismo ganha poder, pregando a monogamia e a indissolubilidade do casamento. Com esta nova postura frente à sexualidade, o cidadão aceitando as novas regras poderia alcançar a nobreza e o poder, por causa disto, muitos homossexuais vieram a se esconder, já que muitos levavam uma vida poligâmica e desregrada.

Durante a Inquisição, muitos homossexuais foram condenados à fogueira ou a outros tipos de violências por causa de sua orientação sexual, para isso, não havia distinção de sexo. Segundo Rodrigues:

“...a idade era considerada: meninos entre 12 e 15 anos que consentissem com a sodomia eram aprisionados por 3 meses; acima de 15 anos, além de prisão, deveriam pagar multa...Para os adultos as multas se tornavam maiores, e se não fossem pagas o condenado teria suas partes genitais amarradas e seria obrigado a desfilarem nu pelas ruas, surrado e depois expulso da cidade”.⁷

Portugal, que mais tarde colonizaria o Brasil não poderia ficar de fora do contexto puritano pregado pela Igreja na época, promulga as Ordenações Afonsinas, código de leis que considerava a sodomia pior de todos os crimes cometidos pelos homens, reforçadas logo depois pelas Ordenações Manuelinas (1521) e Filipinas (1606). Porém, como todas as leis só atingiam os mais pobres, poucos foram os condenados por estes três códigos penais, tornando-os assim, quase inexistente, já que em diversos casos a sodomia partia de cima para baixo, ou seja, geralmente os homossexuais pertenciam à nobreza e, nestes casos a nobreza está imune aos braços da lei. É justamente neste contexto de poder dinheiro e luxúria, que muitos homossexuais famosos se esquivaram de terem seus nomes envolvidos em relações amorosas com pessoas do mesmo sexo. Este era o perfil sombrio e melancólico que a Idade Média vivia em toda a Europa, uma época obscura e bárbara. Porém, a coisa começa a mudar com a

⁷ RODRIGUES, Humberto. O amor entre iguais. Editora Mythos, São Paulo, 2004. p.62.

Renascença, já que neste contexto político social surge a imprensa e, com ela ressurge as obras greco-romanas, o povo se torna instruído e o homem se torna emancipado da Igreja, conforme nos mostra Rodrigues:

“Os humanistas da Renascença voltaram a se aproximar da cultura da Grécia Antiga e de Roma. O gosto pela arte e literatura levava ao vento as nuvens da Inquisição”.⁸

Neste contexto de abertura dos estudos e à cultura greco-romana, os indivíduos passam a dar mais atenção à educação das crianças e à educação popular.

No início do século XX, surge uma elite que discordava de tudo e de todos e vivia sua homossexualidade abertamente sem medo de serem criticados, mostrando assim, na transparência, com grande tendência à boemia, fugindo completamente do padrão “sugerido” pela Igreja. Claro que isto incomodou profundamente os mais radicais ocupando novamente seu espaço na sociedade punitiva e religiosa.

Ainda neste contexto, a homossexualidade passa a incomodar, no momento em que ocupa os espaços, até então ocupados pela burguesia cristã punitiva e que ditava as regras do jogo social. Porém essa nova revolução da homossexualidade foi ameaçada por um vilão ainda pior, o Holocausto, que segundo Rodrigues:

“Na expectativa da Boa Família Soviética, a homossexualidade passa a ser considerada facista, uma fraqueza importada do Ocidente a ser punida por lei, provocando a prisão ou expulsão de homossexuais das instituições revolucionárias”.⁹

⁸ Ibidem. p.67.

⁹ Ibidem. p.88.

Neste momento em que a Europa agonizava com o Nazismo, muitos artistas e intelectuais da época foram condenados há vários anos de prisão, exílio na Sibéria e até mesmo a morte. Neste mesmo contexto, surge uma onda de suicídio generalizado entre os homossexuais. Nos campos de concentração nazistas, eram tratados como doentes portadores de anomalia. Ainda neste momento histórico e de muitas mortes, surge um dos ícones dos movimentos gays que se seguiram, o Triângulo Rosa utilizado pelos nazistas para identificar os sujeitos (masculinos ou femininos) que mantinham relacionamentos homossexuais, sejam eles apenas afetivos ou aqueles que praticavam de fato o crime da homossexualidade. Segundo Rodrigues:

“Os arquivos de vários campos de concentração foram queimados ou destruídos pela SS, portanto, não há estatísticas oficiais de quantos homossexuais foram exilados, mas estima-se que em torno de 50.000 pessoas tenham sido condenadas por homossexualismo”.¹⁰

O Movimento Higienista surge na terceira década do século XIX, pregava o conceito de uma sociedade mais limpa e livre de tudo aquilo que era visto como anomalia, neste contexto de limpeza, podemos perceber claramente que a sexualidade sadia e reprodutiva era pregada a todo custo, baseada no rigor científico, conforme nos mostra Trevisan:

“...Foi através do especialista em higiene que o Estado imiscuiu-se no interior das famílias. Com livre trânsito nesse espaço outrora impenetrável à ciência o médico-higienista acabou impondo sua autoridade em vários níveis”.¹¹

A moral e os bons costumes deveriam ser preservados a qualquer preço. O sexo deveria ser apenas para reprodução e, com isso mais uma vez a

¹⁰ Ibidem. p.89.

¹¹ TREVISAN, João Silvério. Devassos no paraíso, a homossexualidade no Brasil, da Colônia a atualidade. Editora Record. 3ªedição. 2000. p.172.

homossexualidade se torna a vilã da hora. A família deveria ser mantida a todo custo. Neste momento higienista, a prioridade era reestruturar o casamento e combater o sexo extra-conjugal, já que a incidência de doenças venéreas era altíssima entre as famílias. Em nome da ciência, muitos homossexuais acabaram passando por internações em manicômios, pois para os médicos e psiquiatras da época estas pessoas eram portadoras de distúrbios e, com o tratamento de choque seriam livradas de sua “doença”. Somente na década de 90 o homossexualismo, agora denominado homossexualidade, passa a não ser considerado doença, tanto pela medicina quanto para a psicologia e psiquiatria.

1.1 - O Movimento homossexual no Brasil

No Brasil, as primeiras iniciativas do movimento homossexual surgiram no final da década de 70 com a fundação no Rio de Janeiro do “Jornal Lampião da Esquina” (1978) e do grupo “SOMOS – Grupo de Afirmação Homossexual” (1979), coincidindo com a chamada abertura política na época da Ditadura Militar no país. O intuito destes grupos era formar alianças com outras minorias, como nos mostra Fry:

“...O Jornal Lampião, editado no Rio de Janeiro por jornalistas, intelectuais e artistas homossexuais que pretendiam originalmente lidar com a homossexualidade procurando forjar alianças com as demais “minorias”, ou seja os negros, as feministas, os índios e o movimento ecológico...”¹²

O Grupo SOMOS formado por intelectuais da época que estavam descontentes com a vida de “gueto” a qual os homossexuais estavam subordinados, pela primeira vez manifestaram-se em público durante um debate promovido pela

¹² FRY, Peter. O que é homossexualidade. Editora Brasiliense, São Paulo. 1993. p. 21.

Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de São Paulo. Este ato foi de extrema importância para a militância homossexual, tendo em vista, que após este fato, várias outras manifestações surgiram em defesa dos Direitos Sexuais. Como nos mostra Facchini., o Somos foi o primeiro grupo a ser reconhecido:

“A fundação do primeiro grupo reconhecido na bibliografia como tendo uma proposta de politização da questão da homossexualidade, o Somos, de São Paulo, ocorreu em 1978”.¹³

No início dos anos 80 foram organizados grupos por todo o país. A partir de 1996 passaram a ocorrer diversas atividades para marcar o dia 28 de junho inclusive um ato na Praça Roosevelt, Centro de São Paulo. Em 1997, ocorreu a primeira Parada do Orgulho de Gays, Lésbicas , Bissexuais e Transgêneros (travestis e transexuais) com a participação de 2 mil pessoas. A partir de 1999, ela passou a ser organizada pela Associação da Parada do Orgulho GLBT(Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros) de São Paulo. Seu objetivo primeiro é dar visibilidade a estas categorias sociais e fomentar a criação de políticas públicas para homossexuais. A principal estratégia é ocupar os espaços públicos para proporcionar uma troca efetiva entre todas as categorias sociais, elevar a auto-estima dos homossexuais e sensibilizar a sociedade para o convívio com as diferenças. A cada ano, percebe-se que o trabalho de conscientização e educação para o respeito à diversidade tem gerado frutos positivos na erradicação do preconceito. É neste momento que os homossexuais, unidos, ajudam a construir e garantir a plenitude de seus direitos.

Em 2005, as Paradas GLTB organizadas no Rio de Janeiro pelo Grupo Arco-íris deixaram de ser exclusivamente elitista, já que em todos os anos de sua edição eram sempre realizadas em Copacabana e, passaram a compor o cenário gay do subúrbio e de outras cidades do interior. Em Niterói, cidade até então

¹³ Facchini, Regina. Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Garamond Universitária, 2005. Rio de Janeiro. Pág. 93.

conhecida pelos crimes de Homofobia, foi realizada sua 1ª Parada do Orgulho GLBT, organizada pelo Grupo Diversidade Niterói(GDN).

Outra conquista foi que em 1985, o Conselho Federal de Medicina e, em 1994, a Organização Mundial de Saúde excluíram definitivamente da classificação internacional de doenças o código 302, que até então, rotulava a homossexualidade como "desvio e transtorno sexual". E atualmente o Conselho Federal de Psicologia pune qualquer profissional que ainda trabalhe com a idéia de cura da homossexualidade, como nos mostra Rodrigues:

“Mas a credibilidade social está mudando, principalmente na medicina. Desde 1985 a perspectiva mudou, quando o código Internacional de Doenças (CID) foi revisado e o sufixo “ismo” de homossexualismo, que significa doença, foi substituído pelo sufixo “dade”, que significa, modo de ser, deixando de constar no referido código como uma doença mental, passando ao capítulo Dos Sintomas Decorrentes de circunstâncias Psicossociais”.¹⁴

Politicamente, alguns dos representantes homossexuais têm alcançado sucesso em representações, como é o caso pioneiro de Kátia Tapeti que foi a primeira travesti a ser eleita vereadora no mundo em 1992, cargo exercido em Colônia do Piauí, em pleno sertão.

Desde junho de 2001 quando em Porto Alegre foi concedida a pensão a um homem pela morte do seu companheiro, temos visto outros beneficiários conseguindo seus direitos. No município do Rio, a prefeitura já concede o direito de pensão aos companheiros do mesmo sexo.

Um dos direitos civis e, talvez o que cause mais polêmica entre religiosos, políticos, famílias, escolas e outros segmentos da sociedade é com certeza a União Civil entre pessoas do mesmo sexo, que nada mais é, do que a garantia

¹⁴ RODRIGUES, Humberto. O amor entre iguais. Editora Mythos, são Paulo, 2004. p.200.

dos direitos dos homossexuais a serem reconhecidos como parceiros e conquistarem os mesmo direitos que os heterossexuais possuem, seja no caso do falecimento de um dos cônjuges ou simplesmente a aderência a um plano de saúde. Vele ressaltar, que com o aparecimento da AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) na década de 80 muitos gays que perderam seus parceiros, viram também seus patrimônios, dilacerados por familiares da parte falecida, que desconheciam ou faziam-se desconhecer os direitos do que permaneceu vivo.

A Holanda foi o primeiro país a reconhecer os direitos homossexuais, aprovando a união civil entre pessoas do mesmo sexo. No Brasil tramita o projeto de União Civil (1996) entre pessoas do mesmo sexo de autoria da então Deputada Federal Marta Suplicy(PT-SP)¹⁵, porém o referido projeto não vai a votação, conseqüência única da falta de elaboração legislativa, o conservadorismo jurídico pautado em questões religiosas e a intolerância social. Ainda há muito que se “batalhar” para que o projeto vá adiante e que não fique por mais 10 anos engavetado. Enquanto o projeto se mantiver engavetado, os casais homossexuais deixam de ter os seguintes direitos, garantidos por lei a casais heterossexuais:

- Usufruto dos bens do parceiro;
- Não é permitido declarar, no imposto de renda, a dependência do parceiro;
- Não recebem abono família;
- Não têm direito à herança;
- Não têm suas ações legais julgadas pela varas de famílias;
- Não somam renda para alugar imóvel ou para obter financiamentos
- Não inscrevem parceiros como dependentes na previdência social.

¹⁵ Projeto de Lei Federal nº 1.151.

O movimento gay introduziu no tecido social a inversão da concepção da homossexualidade de então. Se o homossexual era considerado um invertido, um doente ou perverso, o modelo de relacionamento gay passa a propor o relacionamento afetivo, e a construção de uma vida a dois de dois homens ou duas mulheres e, não mais um macho, que se relaciona um invertido, mas sim, a troca de amor e sexo entre duas pessoas do mesmo gênero biológico. Agora passa a ser constituído por duas pessoas do mesmo sexo que buscam amar e construir uma relação afetiva de igualdade.

1.2 A família e a homossexualidade

Entender a família como grupo heterogêneo e complexo é de extrema importância para compreendermos a grande dificuldade de se aceitar em seu meio o dito diferente, que aqui neste caso trata-se da orientação sexual de um ou mais membros do grupo. Para este entendimento, recorreremos a Aranha para definir este grupo social tão complexo:

“A família é um grupo social de indivíduos diferenciados por sexo, idade, que se relacionam cotidianamente, gerando uma complexa e dinâmica trama de emoções, ela não é uma mera somatória de indivíduos que a compõe, mas sim, um conjunto heterogêneo composto de seres com sua própria individualidade e personalidade. Assim, a sexualidade, a reprodução, a socialização são esferas potencialmente geradoras tanto de relações prazerosas quanto conflituosas”.¹⁶

¹⁶ ARANHA, Maria Cristina Bruschini. Mulher, casa e família. Cotidiano nas camadas médias paulistanas. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 1990, p.80.

A partir do século XVI, aparece na família, um novo conceito, ou seja, a duração da vida através da hierarquia familiar. Este é o fator crucial para entendermos o porquê de um membro homossexual do complexo âmbito familiar causar tanto transtorno e discussão. Não podemos deixar de lembrar que a base da família brasileira é a família patriarcal, oriunda dos séculos XVII e XIX um tempo em que as relações pessoais não tinham muita importância e que a supremacia masculina é quem comandava. Ao homem era imposta a carga pesada da virilidade, denominada de varão, a autoridade do pai avô, tio ou irmão mais velhos era incontestável, não havendo espaço para a opinião das mulheres ou crianças. Segundo Badinter:

“A virilidade não é um dom, ao contrário, deve ser “fabricada” de acordo com um referencial: o verdadeiro homem – uma figura ilusória e utópica que o macho precisa alcançar através de deveres e provações, para mostrar que também é um. Em outras palavras, o varão é uma espécie de artefato e, como tal corre sempre o risco de apresentar defeitos”.¹⁷

O homem macho precisa comprovar sua virilidade o tempo todo, nem que para isso utilize outros meios para demonstrá-la, como por exemplo, a arma de fogo e, nos dias atuais o carro. Em algumas épocas e lugares, o “macho” era aquele que matava mais, comprovando assim, sua masculinidade. Ao contrário das mulheres, o homem precisa aprender a se tornar homem, prova disto são os pais que carregam seus filhos ao completarem determinada idade para frequentar bordéis, mesmo que este não seja o desejo dos jovens, neste caso, observamos a masculinidade construída pela sociedade machista.

¹⁷ BADINTER, Elisabeth. XY: sobre a identidade masculina. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1993. IN: TREVISAN, João Silvério. Seis balas num buraco só. A crise do Masculino. Record, Rio de Janeiro, 1998. p. 40.

A família nuclear burguesa ao chegar ao Brasil, traz com ela a idéia de casamentos arranjados e predomínio da herança entre os consortes. Os filhos eram negociados por suas famílias e eram obrigados a se casarem para aumentar ou manter os bens da família. A unidade familiar, assim como seus bens deveriam ser preservados a todo custo e, por isso eram comuns casamentos entre parentes, conforme definição de Nazzari, que diz que:

“O dote é uma antiga prática, herdada dos portugueses, que inúmeras novelas de época da televisão brasileira já mostraram: o pai, poderoso escravocrata, senhor de engenho de cana-de-açúcar ou fazenda de café, combina o casamento de sua filha com o filho de um outro senhor igualmente poderoso. A moça, chorosa protagonista apaixonada pelo mocinho da trama, levaria consigo um dote, em bens ou dinheiro. Moça sem dote corria o risco de morrer solteira”.¹⁸

Ainda neste contexto da família colonial, que era composta não só pelos parentes naturais, mas por agregados, empregados e escravos se percebe que os filhos dos grandes senhores de engenho utilizavam os filhos dos escravos em seus ritos de passagem e brincadeiras sexuais, como nos mostra Trevisan:

“Era também com as escravas que os filhos dos senhores de engenho iniciavam sua vida erótica, da qual não excluíam nem os negrinhos da mesma idade com seus joguetes sexuais: na verdade era freqüente que o menino branco se iniciasse no amor físico mediante a submissão do negrinho seu companheiro de folguetos, significativamente conhecido com o apelido de leva-pancadas”.¹⁹

¹⁸ NAZZARI, Muriel. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo. Brasil, 1600-1900. p.56.

¹⁹ TREVISAN, João Silvério. Devassos no paraíso, a homossexualidade no Brasil, da Colônia a atualidade. Editora Record. 3ªedição. 2000. p.116.

Nos primeiros anos de República, podemos notar que a família patriarcal começa a mostrar nova configuração, pois com o aparecimento das novas profissões, a luz elétrica, os bondes, os imigrantes, as lojas comerciais e as indústrias ameaçam o patriarca, já que a extensa família de empregados começa a trocar o campo pelas grandes cidades e, com o declínio da agricultura, as indústrias começam a crescer e seus filhos são matriculados em Faculdades de Direito, escapando assim, da ditadura do pai.

A família, juntamente com o Estado e a Igreja ajudam a controlar a vida em sociedade porque impõem direitos, poderes e deveres, talvez seja por isso, que de dentro dela surgem os primeiros preconceitos vividos pela criança e mais tarde reproduzidos pela sociedade. Já que é pelo viés familiar que os sujeitos são introduzidos no meio social, trazendo consigo toda uma configuração própria de seu primeiro grupo social de vivência. A família, que deveria ser um território seguro para seus indivíduos(se olharmos pelo prisma da concepção naturalista de território)como nos mostra Haesbaert:

“Segundo Di Méo, a concepção mais primitiva de território é a de um espaço definido por todo animal confrontado com a necessidade de se proteger (1998:42)”.

Porém, a prática acaba, em alguns casos discordando da teoria e a família – onde as pessoas deveriam se sentir seguras - acaba por ser o lugar mais vulnerável às violências. Se pensarmos ainda em território observamos na matéria da revista de domingo de 21 de fevereiro de 2006, a Revista de Domingo do Jornal o Globo publicou a seguinte matéria: “Rua Farne de Amoedo, a rua do arco-íris”, confirmando que os territórios conhecidos e culturalmente freqüentados por pessoas e grupos com a mesma ideologia(ou pelo menos que se identificam com a causa), pode se tornar um lugar seguro para este indivíduos que ali freqüentam, já que não sofreram (pelo menos

espera-se que não sofram) retaliações por suas orientações. No caso estudado, a referente rua do bairro de Ipanema, Zona Sul do Rio de Janeiro, é conhecida mundialmente como “point gay”. Porém, mesmo nestes casos de território ou comunidades seguras a presença da violência é constante. No caso familiar, cito o caso de X, atendida pelo Serviço Social do Grupo Cidadania Gay:

“Minha mãe era minha melhor amiga, até eu decidir contar pra ela que gostava de meninas e não meninos... meu mundo caiu! Ela não me agrediu fisicamente, porém, cortou o dinheiro da passagem para eu ir para a faculdade, sair com amigos e, saiu contando pra todo mundo...sentí-me completamente agredida”.²⁰

O Estado Higiénico contribuiu para que a homossexualidade intra-familiar tomasse rumo ainda mais drásticos e aumentasse o preconceito contra este grupo de pessoas, pois com o declínio da família patriarcal, sentiu-se a necessidade de higienizar a sexualidade da família, baseado em convicções patriarcais. Era preciso se preocupar com a procriação de filhos saudáveis. Acreditava-se que a libertinagem enfraquecia a nação. Segundo Trevisan:

“Com esse pragmatismo patriótico que foi se efetivando em meados do século XIX, instauraram-se papéis sexuais bem delimitados: masculinidade e feminilidade se identificaram com paternidade e maternidade, respectivamente. Tudo o que fugisse a esse padrão regulador seria anormal”.²¹

Com esta alegação da família saudável, a homossexualidade começou a ser de novo tratada como doença pelos médicos higienistas, pois era preciso salvar as famílias e os bons costumes.

²⁰ X. também fora assediada por seu padrasto e a mãe ainda a acusa pelo fim de seu casamento.

²¹ Ibidem. p.172.

Como os casais homossexuais não reproduziam filhos e estavam fora dos padrões normais, o Estado e a instituição familiar abalados com a possível doença, neste caso, a homossexualidade, de seus membros começam a institucionalizar os possíveis doentes com o aval da psiquiatria, na tentativa de salvar seus entes tão amados que se encontravam desviados. Afinal, de quem é a culpa por ter um filho ou filha homossexual? Este foi e é o grande questionamento da família quando se descobre um possível caso de homossexualidade entre os seus.

Os anos 60 se tornaram um marco no século passado, como dissemos acima: viveu-se a liberdade sexual, as amarras do casamento monogâmico ruíram, o movimento feminista ganhou impulso, e fez deste século, o século das mulheres.

A pílula anticoncepcional, sem dúvida foi uma grande descoberta da medicina que contribuiu para as mudanças que se sucederam no comportamento sexual.

Como www.comciencia.br/reportagens/cultura/cultura05.shtml descreve o

A pílula anticoncepcional é um contraceptivo hormonal que surgiu na década de 50. Apesar de já existirem outros contraceptivos que permitiam que as decisões sobre a maternidade estivessem sob o controle da mulher, como a capa cervical (1838), o diafragma (1882), o método Ogino e Knaus ou "tabelinha" (início do século XX) e o DIU (década de 20), foi a pílula que carregou consigo o emblema de "libertadora".

O fator econômico, ou seja, a entrada definitiva da mulher no mercado de trabalho, ou em profissões que eram tidas como tipicamente masculinas, vão consolidando a mulher como mantenedora econômica e emocional da família, muda-se aos poucos o conceito de família. Hoje sentimos as mudanças na chamada família nuclear. O pai se torna mais ausente, seja por divórcio, ou por

acúmulo de empregos, na tentativa de manter a família. No início dos anos 90, A família idealizada vai aos poucos desmoronando. Crescem os divórcios, as relações extra-conjugais e modificam-se valores tidos até então como imutáveis. A mulher questiona os valores construídos no início do século XIX, sobre o pai como mantenedor da família, e passa de objeto do desejo, a objeto desejante. Colocada sob pressão, como objeto idealizado, em quase dois milênios, é nos anos 60 que a mulher rompe os limites da "panela" social, e inverte os valores.

Na década de 90, após anos de mudanças e novas configurações, a família começa a se mostrar com outro traço marcante: o aparecimento de casais formados por pessoas do mesmo sexo, alguns oriundos de outros relacionamentos heterossexuais e, conseqüentemente a presença de seus respectivos filhos. Para o Estado, a família e a sociedade civil, esta presença se torna extremamente incômoda.

Engels, em seu livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, já assinalava o fim da família consangüínea: “*A família consangüínea desapareceu*”. Este fato, se olharmos a família de hoje, se deve porque a família não mais está fixa na idéia de se criar linhagens reais ou o status social. Observo ainda, que os estudos apesar de avançados ainda priorizam a famílias tradicional burguesa e seus valores.

Apesar de todas as mudanças sofridas no decorrer do tempo, o Estado, que deveria proteger seus cidadãos, acaba reprimindo violentamente os homossexuais, já que na maioria dos casos de violência contra estes indivíduos, a polícia é a principal responsável. Mas por que isto ocorre? Por que quem deveria proteger, agride? Simples infelizmente, o aparelho de repressão utilizado (a polícia) é proveniente de uma sociedade discriminatória e, baseada em leis religiosas. Se pensarmos em direitos sociais, aí então é que a égide religiosa se mostra mais forte, já que trabalha com a idéia identitária – ultrapassada - de que homem deve se relacionar com mulher e, vice e versa e nunca com pessoas do mesmo sexo biológico. Como nos mostra Hall:

“As velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado”.

Então, se as velhas identidades estão em declínio, o homem macho, viril e que não pode chorar também está, bem como a idéia da mulher frágil e vulnerável. A concepção do poder identitário masculino embutido na sociedade pela família patriarcal, não deve mais ser utilizadas pelo Estado nas suas decisões acerca dos direitos civis dos homossexuais. Os políticos, que deveriam garantir direitos iguais a todos os cidadãos sem distinção de cor, raça, sexo, Religião e orientação sexual, na maioria das vezes cometem a violência contra os homossexuais negando-os direitos básicos, simplesmente, com o intuito de preservar suas idéias e ideologias, conforme nos aponta Krug:

“A violência política perpetuada pelos partidos políticos e por alguns de seus membros e dirigentes ao imporem em curto espaço de tempo, sua idéias, vontades, ideologias, mandonismos, carismas e etc.

Ainda sobre família, podemos nos apropriar do conceito elaborado por Bauman de comunidade aconchegante, quando ele nos diz que há uma tensão entre liberdade e segurança entre os membros de uma comunidade aconchegante:

“A tensão entre a segurança e a liberdade e, portanto, entre a comunidade e a individualidade, provavelmente nunca será resolvida e assim continuará por muito tempo; não achar a solução correta e ficar frustrado com a solução adotada não nos levará a abandonar a busca – mas continuar tentando”.

Se analisarmos pelo prisma da segurança liberdade, podemos observar que, dentro do núcleo familiar, observamosque esta tensão entre estas duas

categorias é muito bem definida. De um lado, a família oferece segurança a seus integrantes, protegendo-os de todas as ameaças provindas do “mundo exterior”, porém, o preço pago por esta segurança é literalmente a perda de sua liberdade, já que em um núcleo familiar as ordens são sempre hierárquicas, partindo dos pais para os filhos e é justamente aí que se encontra os problemas, quando se fala em liberdade, principalmente no que diz respeito à liberdade sexual e religião.

No caso dos homossexuais esta tensão fica muito evidente, já que em alguns casos, como já fora dito antes, a família é o primeiro grupo a violar o direito de livre sexualidade de um componente do núcleo familiar. Vale ressaltar, que quando falo em violência, me remeto não só à agressão física, mas aos inúmeros desconfortos causados, como por exemplo, apelidos, risinhos e cutucões.

1.3 – A homofobia na escola

A escola, depois da família, é o segundo grupo social mais importante para os indivíduos, já que é neste complexo grupo que o sujeito aprimora seus conhecimentos trazidos de casa e passa a conhecer outros universos. Em se tratando de civilização brasileira, avançamos muito pouco com relação às idéias sobre o corpo, a alma e a sexualidade inculcadas no século XVI. A situação é ainda mais acentuada quando fazemos referência às questões de ordem sexual no âmbito da educação escolar. Este tema é, em geral, visto com olhar “enviesado”, estreito, apesar da sociedade democrática ter escolhido a partir do século XVIII, as instituições de ensino, em todos os níveis, para acolher as grandes questões que inquietam o meio social. A homossexualidade é tema que educadores, sejam diretores, coordenadores ou professores, com ou sem pós-graduação, fazem questão de silenciar, causando assim, a exclusão de vários meninos e meninas do núcleo escolar. Para melhor entendermos o conceito de exclusão, recorro a Sposatti, que nos mostra que:

***“Exclusão social é a impossibilidade de poder partilhar da sociedade e leva a vivência da privação, da recusa, do abandono e da expulsão, inclusive com violência de uma parcela significativa da população, por isso, a exclusão social não é só pessoal, não se trata de um processo individual, embora atinja pessoas, mas de uma lógica que está presente nas várias formas econômicas, sociais, culturais e políticas da sociedade brasileira. Esta situação de privação coletiva é que está se entendendo por exclusão social”.*²²**

Não seria oportuno, no âmbito da educação escolar, uma reflexão sobre o assunto? Poderíamos continuar indiferentes à problemática da sexualidade. Diriam, assim, alguns educadores: “Se não sou homossexual, o que tenho a ver com os que o são?”. Exatamente, por se ter nossa orientação sexual resolvida, devemos ter uma preocupação com aqueles que, sendo crianças ou adolescentes, estão se definindo sexualmente para a vida?

Ao fazer referência às escolas públicas, a questão da homossexualidade sofre com um preconceito muito acentuado. Nas escolas privadas, pouco se discute, pouco se fala, pouco se reflete, gerando, não poucas vezes, comportamentos sutilmente agressivos de professores com relação aos alunos homossexuais, sejam meninos ou meninas. Nestas escolas privadas, aceita-se o matriculado, mas não se tolera o educando com tendência homossexual. A diferença entre escola pública e privada, nesse particular, é que, naquela, não há o princípio de tolerância.

É na escola que meninos e meninas aprendem ou apreendem o convívio social com o resto da sociedade, já que a educação escolar não pode ser vista como o único meio de aprendizado, mas a continuação e aprimoramento dos saberes passados pelo convívio familiar, principalmente quando se pensa em Educação

²² SPOSATTI, Adaiza. Mapa da Exclusão/inclusão social na cidade de São Paulo. EDUC, São Paulo, 1996, p. 05.

e relação com o corpo. Para completar esta afirmação é preciso definir e conceituar Educação, segundo Brandão:

“Não há uma forma única, nem um modelo único de Educação a escola não é o único lugar onde ela acontece e, talvez nem seja o melhor, o ensino escolar, não é essa a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante”.²³

As últimas pesquisas sobre sexualidade na escola revelam dados preocupantes, dignos de serem urgente e amplamente debatidos. Dados estes que precisam ser reconstruídos na direção da transformação da sociedade, combatendo (e não reproduzindo) as diversas formas de exclusão. Uma direção em que o eixo é a promoção da cidadania: o respeito às diferenças, à convivência democrática com a diversidade, rumo à inclusão e a uma maior justiça social. Apresento a seguir, o perfil dos professores brasileiros, de escolas públicas e privadas, nas 27 Unidades da União, segundo pesquisa feita pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) em parceria com o Ministério a Educação:

81% declararam ser mulheres
18,5% declararam ser homens
59,7% declararam ser inadmissível que uma pessoa possa ter experiências homossexuais
21% declararam não desejar ter como vizinhos homossexuais

UNESCO. IN: Folha de PE, 25/02/2004.

O referido índice de intolerância surpreende e preocupa, considerando dentre outras questões, o “poder” de influência dos professores, que nos jovens chega a ser maior que a dos próprios pais.

²³ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação? 26ª edição, Editora Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, São Paulo, 1991. p.09.

Outra pesquisa intitulada “Juventudes e Sexualidade” realizada pela Unesco no ano de 2000, em 14 capitais (dentre estas, Recife), com 16.422 alunos, 3.099 educadores e 4.532 pais e mães de alunos(as) de 241 escolas, revelam que:

27% dos alunos declararam que não gostariam de ter homossexuais como colegas de classe.

35% dos pais(os homens mais preconceituosos: chegando a 60% em Recife) e mães de alunos declararam que não gostariam que seus filhos tivessem homossexuais como colegas de classe.
--

15% dos alunos declararam que consideram a homossexualidade doença
--

UNESCO. IN: Folha de PE, 25/02/2004.

Estes últimos dados indicam, que mesmo aparentemente liberais, os jovens dessa geração também têm seus traços de intolerância. Neste tocante presenciamos no cotidiano escolar alunos humilhando outros só porque são homossexuais, reproduzindo a “homofobia” ainda muito presente na nossa sociedade, contribuindo assim para a exclusão social e a injustiça de quem as sofre.

A homofobia, aversão a pessoas que têm atração sexual por pessoas do mesmo sexo, tem sido enfrentada pelo Governo Federal através do **Programa Brasil sem homofobia**, lançado em maio de 2004, que possui uma variedade de ações para promover o respeito à diversidade sexual, como por exemplo, o direito à Educação, que visa promover valores de respeito à paz e a não discriminação por orientação sexual.

No âmbito da educação escolar, precisamos acirrar as reflexões e ações, pois não podemos continuar tratando com “invisibilidade” a sexualidade que está presente na escola com toda a sua complexidade e diversidade, pois ainda nos defrontamos com posturas machistas, sexistas, preconceituosas e indiferentes

no cotidiano escolar, tais como: “se não sou homossexual, o que tenho a ver com os que são?”; uma travesti que prefere usar seu nome feminino, em vez do de batismo, e o professor insiste em chamá-la pelo nome de batismo. E onde fica o respeito em não tratá-la como ela prefere (como se reconhece).? E a professora que não aceita o aluno de brinco na escola? E a professora que solicita nas entrelinhas das inquietações apontadas nas capacitações sobre sexualidade, “receitas” para corrigir as “tendências homossexuais dos(as) alunos(as)?

Ainda com a idéia de que a orientação sexual é uma opção, de que é aprendido, de que você pode educar uma pessoa para ser heterossexual ou homossexual. Para além da situação extrema do assassinato, muitas outras formas de violência vêm sendo apontadas, envolvendo familiares, vizinhos, colegas de trabalho ou de instituições públicas como a escola, as forças armadas, a justiça ou a polícia, os números da violência são alarmantes, conforme nos mostra Mott:

“A violência letal contra homossexuais - e mais especialmente contra travestis e transgêneros - é, sem dúvida, uma das faces mais trágicas da discriminação por orientação sexual ou homofobia no Brasil. Tal violência tem sido denunciada com bastante veemência pelo Movimento GLTB, por pesquisadores de diferentes universidades brasileiras e pelas organizações da sociedade civil, que têm procurado produzir dados de qualidade sobre essa situação. Com base em uma série de levantamentos feitos a partir de notícias sobre a violência contra homossexuais publicadas em jornais brasileiros, os dados divulgados pelo movimento homossexual são alarmantes, revelando que nos últimos anos centenas de gays, travestis e lésbicas foram assassinados no País. Muitos deles, como Édson Nérís, morreram exclusivamente pelo fato de ousarem

manifestar publicamente sua orientação sexual e afetiva”.²⁴

Muitas vezes os professores não apenas silenciam, mas colaboram ativamente na reprodução de tal violência, já que muitos não gostariam de ter alunos homossexuais, mas alguns consideram que as brincadeiras não são manifestações de agressão, naturalizando e banalizando expressões de preconceito e, esquecendo-se da violência simbólica imbutida no discurso. Não podemos falar em violência escolar, sem definirmos em algum momento o que é e, que representa a violência, como nos mostra Costa:

“Violência é o emprego desejado da agressividade com fins destrutivos. Agressões físicas , brigas, conflitos podem ser expressões de agressividade humana, mas não necessariamente expressões de violência, a ação é traduzida como violência pela vítima, pelo agente ou pelo observador. A violência ocorre quando há o desejo ou intenção de destruição”.²⁵

A violência no âmbito escolar não pode ser reduzida apenas ao plano físico. Neste ambiente plural as agressões vão desde um apelido “inocente” até chegar às agressões físicas de fato. A idéia da a violência física associada com a criminalidade faz com que a violência simbólica passe despercebida pelos bancos escolares. Também não podemos deixar de mencionar, que a violência ocorrida no espaço escolar vem de fora dele, por causa das questões sociais, já que em muitos casos, algumas crianças que passaram ou que ali estão sofrem ou sofreram por violência anterior a escolar. Nunam define três tipos de violência doméstica que acabam se repetindo no espaço escolar:

²⁴ MOTT, Luiz. Os homossexuais. As vítimas principais da violência. IN: G.Velho, Alvito(orgs.). cidadania e violência. Editora UFRJ/Editora FGV, 1996. p. 50.

²⁵ COSTA, Jurandir Freire. IN: FUKUI, L. Segurança nas escolas. IN: Zaluar, Alba (org.). Violência e educação. Editora Cortez, São Paulo, 1992, p. 103.

“Agressão física pode ser caracterizada por qualquer comportamento, que utilize força física, cuja consequência são danos corporais ou destruição de propriedade; a violência psicológica tende a se manifestar através de intimidação, humilhação, ameaças, agressões verbais, isolamento social e dependência financeira forçada e a agressão sexual está relacionada a atos sexuais não-consensuais ou que visam humilhar o parceiro com relação a seu corpo, desempenho sexual ou sexualidade”.²⁶

Quando falo em escolarização formal penso no sistema educacional que não consegue lidar com casos tão específicos quanto os dos homossexuais masculinos e femininos; travestis ou transgêneros, apesar dos Parâmetros Curriculares Nacionais estabelecerem que:

“Se a escola que se deseja deve ter uma visão integrada das experiências vividas pelos alunos, buscando desenvolver o prazer pelo conhecimento, é necessário que ela reconheça que desempenha um papel importante na educação para uma sexualidade ligada à vida, à saúde, ao prazer e ao bem-estar, que integra as diversas dimensões do ser humano envolvidas nesse aspecto”.²⁷

O ambiente escolar é responsável pelo grande número de jovens agredidos por causa de sua orientação sexual, já que as crianças não têm em suas famílias acesso ao diferente, ao plural e, ao entrarem para a escola excluem de seus meios tudo aquilo que não lhes parece normal em âmbito familiar. Não raro encontramos um menino ou uma menina sendo “massacrados” por piadinhas e apelidos maldosos, simplesmente por não estarem cumprindo seus papéis

²⁶ Nunan, Adriana. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA ENTRE CASAIS HOMOSSEXUAIS: O SEGUNDO ARMÁRIO? 2003. Rio de Janeiro.

²⁷ BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília, MEC, SEF, 1997. p. 80.

sociais: menino joga bola e, menina brinca de boneca. O que não corresponde a esta realidade está fora da normalidade e é errado. Esta intolerância se mostra mais agressiva e mais visível, quando o adolescente homossexual começa a demonstrar sinais claros de se tornar um possível travesti ou transgênero na idade adulta como nos mostra Mott, acerca da homossexualidade adolescente:

“Geralmente, quando ainda estão cursando o ensino fundamental, por volta dos 13 ou 14 anos, as jovens travestis começam os processos de hormonização, depois vem a siliconização e o preconceito. A família, principalmente no Nordeste, não aceita e o garoto é expulso de casa. O único meio de vida é a prostituição. Costumo comparar a travesti a uma ilha, só que ao invés de estar cercada de água por todos os lados está cercada pela violência”.

A homossexualidade dentro da escola é tratada do mesmo modo como é tratada fora dela, ou seja, a partir dos papéis sociais/sexuais impostos pela sociedade a homens e mulheres na vida cotidiana. As relações de poder também estão presentes no imaginário popular no que diz respeito à sexualidade humana, já que o poder está relacionado à masculinidade, enquanto ao feminino cabe a delicadeza e a sensibilidade. Neste ambiente, podemos observar que as relações sexuais também passam pelo crivo social dos papéis sexuais/sociais.

A idéia de que o homossexual ativo é aquele que domina a relação e, o passivo é o que se deixa dominar (o que exerce no caso dos homens o papel da mulher) ocorre em inúmeras sociedades. Neste Brasil que chamamos – ou pelo menos achamos ser – livre de preconceitos não seria diferente: a regra social é quem dita o que homens e mulheres devem cumprir para que sejam aceitos por ela, imprimindo sua marca machista nos sujeitos, conforme nos mostra Fry:

‘O menino é chamado de bicha, não simplesmente porque se supõe que ele goste de manter relações homossexuais, mas porque ele é “efeminado’

(desempenha o papel feminino) e porque se mantiver um relação homossexual desempenhará um papel femininamente passivo. O rapaz que desempenha o papel masculino e que poderia ser o parceiro sexual da bicha(por tanto mantendo uma relação homossexual), é chamado de homem ou de machão.²⁸

Por isso, é importantíssimo ao se falar de homossexualidade, falarmos dos papéis sociais aos quais homens e mulheres são submetidos em nossa sociedade. Ao homem, cabe a virilidade e o sustento da casa e, às mulheres a delicadeza e o cuidado com a casa - mantendo-a sempre limpa e organizada, bem como a educação dos filhos. No âmbito escolar, o aluno “passivo” sempre é punido e o “ativo” permanece sempre como o machão, já que a passividade é um traço extremamente feminino. Esta movimentação é o que denominamos a divisão sexual da sociedade. A escola deve cumprir seu papel como educador, porém as culturas, as religiões e os gêneros devem ser respeitados e discutidos em grupo. Ela precisa pregar a tolerância e não a intolerância, como podemos observar com este presente trabalho. Professores e profissionais da área devem abrir seus olhos, livrando-os da cortina imposta pela sociedade burguesa moralista e trabalharem a favor da ética e do respeito ao próximo, sem distinções.

É neste contexto contraditório de papéis sociais/sexuais que aparece a violência contra homossexuais, já que para sociedade, o correto, o certo, o normal é que um homem aja socialmente – refiro-me a atitudes - como o homem ditado por ela e se relacione sexualmente com uma mulher e vice-versa, o contrário está caracterizado como anormal, errado.

No próximo capítulo mostrarei através do método quantitativo, o quanto a intolerância e a idéia de papéis sociais/sexuais ditados como regra, vêm aumentando ainda mais as estatísticas da evasão escolar por causa da

²⁸ Ibidem.p.43.

violência. Também mostrarei o quanto as famílias são as primeiras a se mostrarem intolerantes ao “perceberem” um filho ou filha homossexual, simplesmente por causa de sua forma de amar. É preciso que educadores, famílias e governos se juntem para que não aumente ainda mais estes números, deixando para trás seus preconceitos, sua moral e suas regras e, propondo políticas sociais realmente sérias e livres do cabresto moral a que todos os gays ou heterossexuais têm vivido. É preciso que os homossexuais tenham, assim como os heterossexuais, os seus direitos fundamentais garantido por lei, já que perante a Constituição do país, “*todos são iguais perante a Lei*”.

CAPÍTULO 2 – O GRUPO CIDADANIA GAY DE CONSCIENTIZAÇÃO HOMOSSEXUAL

2.1- Histórico da instituição

A entidade foi criada em 1994, por profissionais e lideranças de movimentos sociais com larga experiência e estudos acerca da homossexualidade. Seu programa original, Direitos Humanos e Sexuais, tinha como estratégia assessorar grupos de homossexuais masculinos femininos e travestis com demandas jurídicas e sociais acerca de sua orientação sexual e possíveis danos morais, sociais e psicológicos causados a portadores do vírus HIV/AIDS, nos municípios de São Gonçalo e Niterói.

Em 1996 com a crescente precariedade do atendimento à saúde aos profissionais do sexo e o crescente número de pessoas soropositivas nesta população alvo, é criado o Projeto Lida, que fica encarregado de trabalhar a prevenção, orientação jurídica social e psicológica a população alvo atendida, em especial aos travestis e transgêneros. Este projeto também visa à criação de políticas públicas voltadas aos usuários da instituição.

No que diz respeito aos recursos, o Grupo Cidadania Gay de Conscientização Homossexual trabalha em parceria com a Fundação Municipal de Saúde de Niterói e com o Ministério da Saúde, que mensalmente fornece preservativos e folhetos acerca das DST/AIDS. A instituição é sem fins lucrativos e todo o material recebido é repassado aos usuários do Programa.

a) Finalidade do Grupo Cidadania Gay de Conscientização Homossexual

São finalidades do Grupo Cidadania Gay de Conscientização Homossexual, além da Defesa dos Direitos Humanos fundamentais, com ênfase nos Direitos Sexuais, o apoio aos grupos que trabalham com a temática homossexual, prestação de assistência social, técnica e profissional à população em geral e à entidade de natureza pública e privada, promoção de estudos e pesquisas nos domínios de suas atividades: desenvolvimento da cidadania, formação, especialização e aperfeiçoamento de pessoal para empreendimentos públicos ou privados, incluindo cursos, seminários, palestras em escolas, empresas e outros, assessoria e assistência jurídica, social e psicológicas, bem como constituir-se em centro de documentação para sistematizar e divulgar conhecimentos técnicos e sociais.

b) Missão Institucional do Grupo Cidadania Gay de Conscientização Homossexual

Promover a defesa, difusão e garantia dos direitos humanos e sexuais fundamentais, especialmente os sociais com ênfase na Constituição Federal brasileira, apoiando a luta e a organização da população homossexual, protagonista de seu próprio desenvolvimento.

c) Objetivos e estratégias do Programa Direitos Humanos e Sexuais

O objetivo do Programa Direitos Humanos e Sexuais é divulgar, defender e garantir os direitos sexuais do cidadão, com enfoque nos homossexuais (masculinos, femininos e transgêneros), levando em conta suas necessidades e cultura, bem como promovendo o fortalecimento da organização, mobilização e determinação dos grupos envolvidos.

A estratégia de ação do Programa Direitos Humanos e Sexuais é prestar atendimento e assessoria jurídica, social e psicológica a grupos sob ameaça de violência e exclusão social, buscando parcerias com órgãos públicos e privados para o pronto atendimento às demandas da instituição. Atividades desenvolvidas pelo programa:

- a) recebimento e identificação da demanda;
- b) levantamento jurídico, social e psicológico;
- c) solução parcial ou total do problema e acordo;
- d) desenvolvimento de ações:
 - **Plano jurídico**: garantia dos direitos do cidadão através de ações e denúncias às autoridades locais.
 - **Plano social**: reuniões da equipe com os grupos envolvidos, cursos de capacitação, participação em encontros, seminário e outros, relatórios, atendimento e encaminhamentos provenientes da demanda.
 - **Plano político**: pleitos e gestões junto ao poder público, articulação de outros atores e outras instituições.

d) Objetivos e estratégias do Programa DST/AIDS – Projeto LIDA

O objetivo do Programa DST/AIDS – Projeto LIDA é promover ações educativas, preventivas, sociais, jurídicas e psicológicas à população homossexual ou não, com enfoque nas travestis, que vivem da prostituição nas ruas de Niterói e São Gonçalo. É objetivo deste programa também a prevenção às DST/AIDS e garantia de atendimento a esta população nos postos de saúde e hospitais públicos, seja para o caso da AIDS, como para casos de violência ou derramamento de silicone em seus corpos. Suas atividades são:

- a) recebimento e identificação da demanda;
- b) levantamento jurídico, social e psicológico;
esclarecimento dos usuários sobre seus direitos e deveres, mediante reuniões, debates e troca de experiências;
- c) abordagem de rua para distribuição de preservativos, materiais informativos e acompanhamento da demanda.
- d) coleta, preparação de oferta de subsídios (dados, diagnósticos, estudos, etc.) para disseminação geral e suporte a reivindicações e gestões de grupos junto ao poder público.
Organização de campanhas, seminários e outros eventos.

2.2 Quem são os homossexuais e travestis atendidos pelo Serviço Social do Grupo Cidadania Gay – algumas reflexões (Apresentação da pesquisa)

O interesse em pesquisar os usuários do Serviço Social - o universo dos homossexuais e das travestis - acompanha a minha trajetória como estagiário no Grupo Cidadania Gay de Conscientização Homossexual, especificamente no trabalho de intervenção com os profissionais do sexo que “batalham” nas cidades de Niterói e São Gonçalo.

Os dados foram colhidos através de entrevistas semi-estruturadas (questionário), gravadas e individuais, realizadas entre os dias 01 e 06 de novembro de 2004, com 30 homossexuais, sendo 15 homens, 08 mulheres e 07 travestis, entre 18 e 30 anos e, atendidos pelo Projeto Lida e desenvolvido pelo Grupo Cidadania Gay de Conscientização Homossexual. As entrevistas tiveram em média cerca de 10 a 15 minutos dependendo do tempo do participante. Além da idade dos participantes foram obtidos dados sobre seu grau de escolaridade, religião, profissão, prevenção as DST/AIDS, interesse em retomar os estudos, preconceito e agressão no âmbito escolar. Mencionamos ainda, que os sujeitos não estão identificados por seus nomes e quaisquer outros dados pessoais foram suprimidos com o intuito de preservar a confidencialidade das entrevistas. O questionário aplicado encontra-se em anexo.

A escolha pelo instrumento das entrevistas (questionário) se deu porque este tipo de instrumento permite um maior aprofundamento do tema investigado, e visto que nossa preocupação era justamente descrever, compreender e interpretar aspectos ligados ao comportamento dos homossexuais, esta metodologia nos pareceu bastante adequada. Por outro lado, grande parte da bibliografia sobre homossexuais ou sujeitos estigmatizados é puramente teórica, o que faz com que estes indivíduos se encontrem em uma arena de discussões e argumentos detalhados sobre o que eles deveriam pensar sobre si mesmos.

O trabalho com entrevistas semi-estruturadas foi um importantíssimo instrumento de pesquisa, pois através delas podemos analisar o comportamento de vários sujeitos estudados e também dos grupos em que estes estão inseridos, considerando que as respostas pessoais articulam experiências cotidianas. Elas criam uma certa ordem e significado para a vida diária. A criação de um tipo de ordem em nossas vidas caracteriza o aspecto autobiográfico das narrativas. Quando nós perguntamos às pessoas por que elas acham que suas vidas se desenvolveram em certa direção; por exemplo, porque adotaram certa identidade, no caso das travestis, elas usualmente

apresentam um número de narrativas. As narrativas ajudam-nos a reconhecer que somos indivíduos únicos.

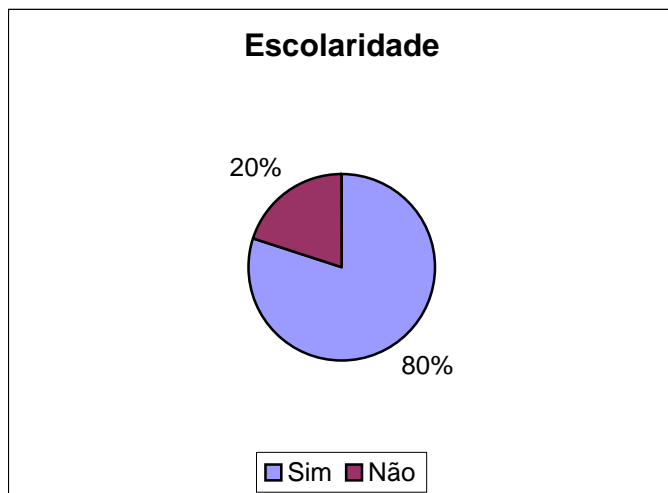
As respostas nos levam a modelos ou protótipos. Narrativas morais sobre grupos oprimidos e sobre identidade sexual são importantes, considerando o contexto social mais amplo, pois podem se tornar narrativas culturais generalizadas sobre grupos e culturas e também ter conseqüências nas vidas dos indivíduos, nas direções políticas de determinadas “subculturas” e na construção da sociedade em geral.

Na tradição construtivista social, as entrevistas e questionários aplicados foram utilizados para compreender a constituição das identidades homossexuais ao longo da história. No Brasil, relatos pessoais foram utilizados, por exemplo, por Jurandir Costa²⁹ em sua obra sobre a construção histórica da homossexualidade. Através dos relatos, o autor buscou compreender como os chamados homossexuais interagem com uma série de construções discursivas médico/científicas que nomeiam a homossexualidade como algo patológico associado a doenças, distúrbios, discursos que estão fortemente enraizados no imaginário social e influem na constituição das identidades sexuais, condicionando os modos como sujeitos praticantes do homoerotismo respondem às imposições da AIDS e o surgimento das novas normas sobre suas práticas sexuais.

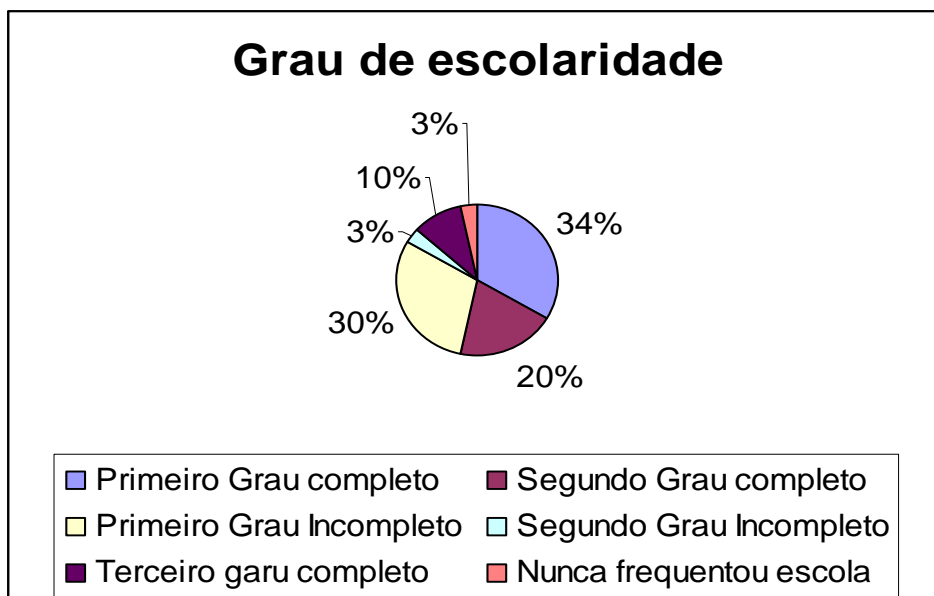
a) A escolaridade dos entrevistados

Em relação ao que se refere ao grau de instrução dos participantes a amostra se mostrou bastante homogênea, como podemos observar nos gráficos:

²⁹ Jurandir Freire Costa usa este recurso em várias de suas obras como, *A Inocência e o Vício: Estudos Sobre o Homoerotismo*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1992.

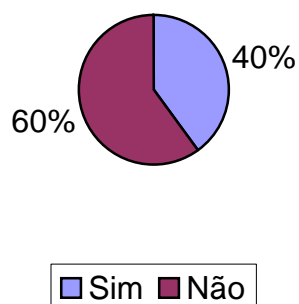


Como podemos notar 80% dos entrevistados disseram ter estudado, enquanto apenas 20% não tinham sequer ido à escola.



Destes, 20%concluíram o segundo grau, 59% têm apenas o primeiro grau incompleto, 7%concluíram o primeiro grau, 7%têm apenas o segundo grau. Incompleto e 7% nunca freqüentaram a escola.

Interesse em Retomar os Estudos

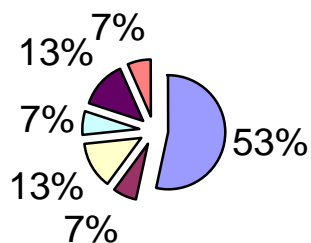


40% dos entrevistados que disseram ter parado de estudar sentem vontade de retomar os estudos, enquanto 60% acham que já passaram da idade de freqüentar a escola ou já aprenderam o que era preciso.

b) A faixa etária dos entrevistados

Como observamos as idades dos participantes também variaram bastante e serviram apenas como base na identificação: 53% têm entre 18 e 20 anos de idade, 13% entre 22 e 24 anos, 7% entre 24 e 26 anos, 7% menos de 18 anos, 7% mais de 26 anos.

Faixa Etária



Também podemos notar que a “vida útil de um travesti, assim como as das modelos é bem curta, já que acima dos 30 anos, pouquíssimas continuam a se prostituir para garantir o seu sustento”. Também podemos observar a presença de menores de 18 anos se prostituindo para se sustentar ou sustentar suas famílias.

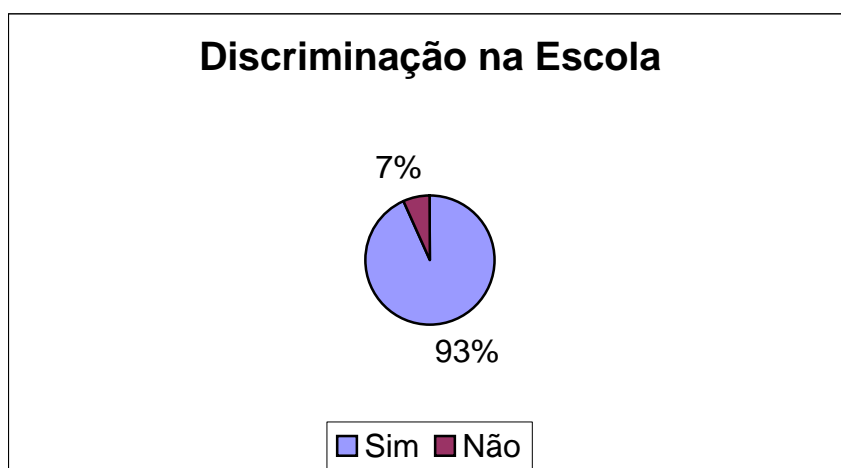
c) Preconceito e discriminação, no olhar dos entrevistados

Para abordar o preconceito no âmbito escolar, pedimos aos sujeitos que respondessem a seguinte questão: Alguma vez se sentiu discriminado (a) por sua orientação sexual, no âmbito escolar? – para depois investigar, assim, em um primeiro momento disseram que de forma geral, o preconceito contra eles era geral e até mesmo por parte dos gays (93% dos entrevistados) e que não entendiam o porquê. Em relação à escola, reclamaram que durante o tempo que passaram pelo processo educacional os que sofreram preconceito, se sentiam muito mal e por isso abandonaram os estudos.

Com relação à discriminação, o componente comportamental do preconceito, quase todos os entrevistados relataram ter sofrido em maior ou menor grau em alguns momentos de suas vidas, de acordo com os sujeitos, a discriminação pode ser tanto velada (piadas de mau gosto, comentários maldosos, deixar de convidar para festas...), ou como em forma de agressão física.

A análise das respostas dos entrevistados revelou uma questão bastante curiosa: enquanto a maioria (93%) disse que existe a discriminação contra homossexuais e travestis, pouquíssimos (7%) foram capazes de detectá-la em nível pessoal, geralmente dizendo que se sentem privilegiados por nunca terem sofrido algum tipo de discriminação ou preconceito.

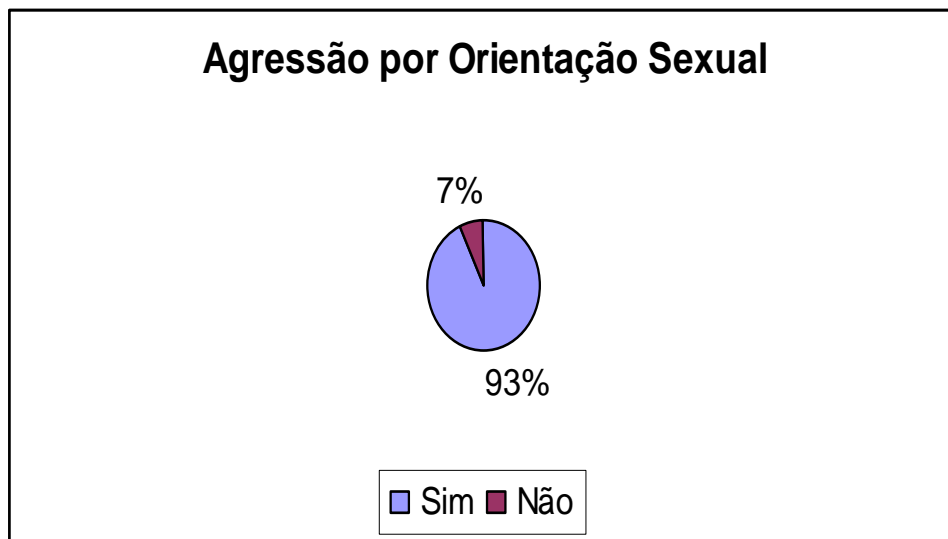
Os itens discriminação e preconceito, acerca de sua orientação sexual, também demonstrou grande riqueza, já que nos proporcionou o conhecimento de que um grande quantitativo dos entrevistados (93% se sentiram discriminados no âmbito escolar e apenas 7% nunca se sentiram discriminados).



Observamos também que um número significativo de participantes deixou o âmbito escolar por conta de piadinhas e agressões (7% alegaram que não foram agredidos em momento algum, enquanto 93% foram constantemente agredidos) por parte dos colegas de classe, conclui-se que estes são os dois fatores que levam estas pessoas a largarem os estudos, ou sequer entrar para escola, também não podemos esquecer que muitos destes sujeitos são provenientes de camadas pobres da nossa sociedade.

d) Agressão e violência contra os entrevistados

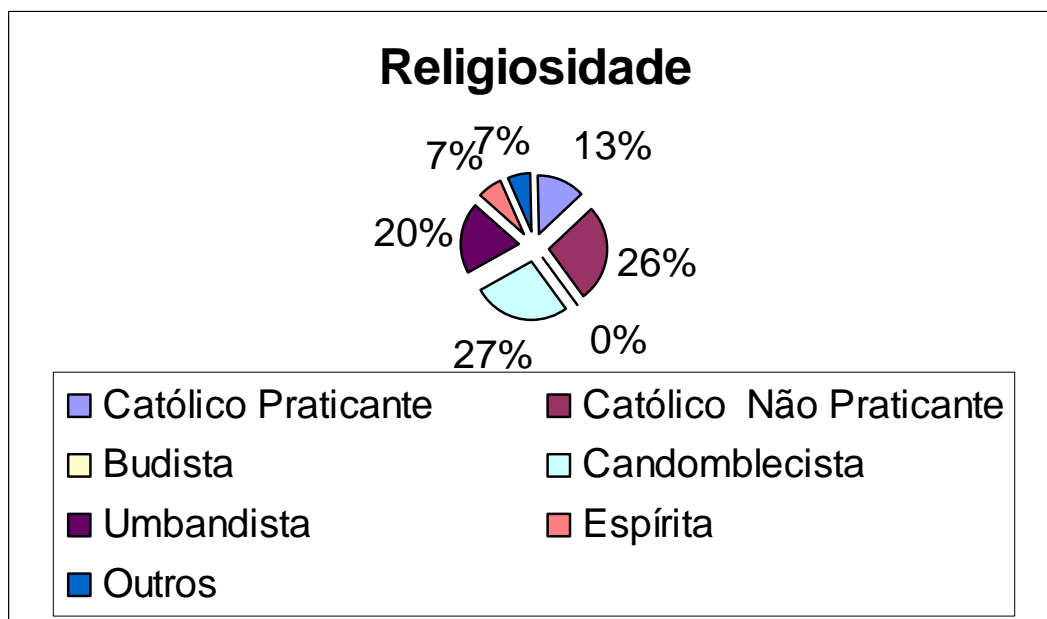
A violência sofrida pelos sujeitos travestis, começam cedo, na escola, como podemos notar com o gráfico relacionado à agressão, que 93% dos entrevistados sofreram agressão ou foram violentados no âmbito escolar, simplesmente por suspeitarem de uma possível homossexualidade



Para além da situação extrema do assassinato, muitas outras formas de violência vêm sendo apontadas, envolvendo familiares, vizinhos, colegas de trabalho ou de instituições públicas como a escola, as forças armadas, a justiça ou a polícia.

e) A religiosidade dos entrevistados

Quanto à religião, a maioria respondeu ser Candomblecista 27%, seguido pelo católico não praticante 26%, 20% freqüentam a Umbanda, 13% católico praticante, 7% Espírita 7% freqüentam outra religião ou seita.



Obter dados sobre religião é fundamental quando se trabalha com preconceito sexual, visto que a maioria das organizações religiosas condena a homossexualidade. Desta forma é possível que travestis e homossexuais religiosos ostentem mais atitudes negativas internalizadas com relação a sua orientação sexual do que com os que não seguem religião alguma.

Do total de sujeitos entrevistados, a maior parte se classificou como Candomblecistas (27%) e Umbandistas (26%). A prática de determinados rituais de origem africana (Candomblé/Umbanda) entre os travestis e homossexuais, deve-se ao fato de que se sentem mais aceitos, já que muitos “pais de santo” são homossexuais e vem sendo discutida por vários autores, como podemos observar na citação de Trevisan³⁰.

“É preciso lembrar que o Candomblé segue um padrão existente na sociedade africana, verificável também entre os indígenas norte-americanos e brasileiros:

³⁰ Trevisan, J.S. Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da Cia à Atualidade. Rio de Janeiro: Record, 2000. p.75.

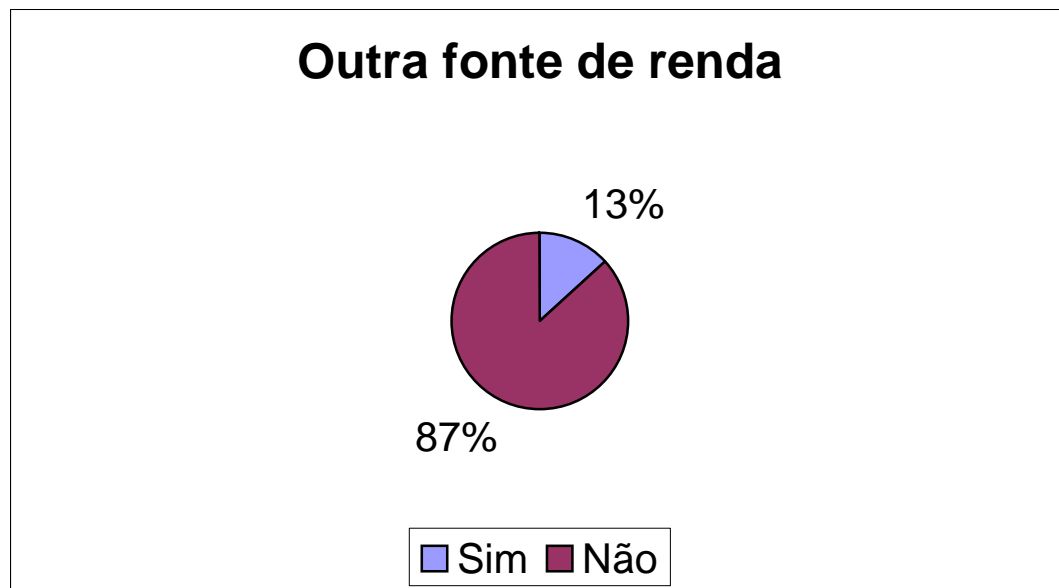
o Xamã ou feiticeiro geralmente se identifica com o feminino, tal como definido por essas culturas, e se beneficia deste estado de ambigüidade, dentro das tribos. (...) Sua capacidade de transitar livremente entre os gêneros era vista como a aptidão para transitar também entre o material e o espiritual.”

Com relação ao estudo de campo, os sujeitos entrevistados se identificaram como praticantes do Candomblé, no entanto, mesmo aqueles que não seguiam esta religião eram capazes de oferecer explicações sobre o motivo pelo qual tantos homossexuais e travestis participariam do culto. Em geral, os sujeitos que optaram pelo Candomblé e pela Umbanda o fizeram em momentos posteriores de suas vidas, visto que muitos foram criados dentro do catolicismo. Entre as razões para a identificação com estas religiões foram citados: a inexistência da idéia de culpa ou pecado, a visão de liberdade e a dualidade dos deuses.

Quanto às demais crenças podemos perceber também, que muitos se declararam católicos praticantes e não praticantes por conta de sua educação familiar.

f) Mercado de trabalho e prostituição, segundo os entrevistados

Referente ao mercado de trabalho (neste caso específico das travestis/trangêneros), formal ou não apenas 13% dos participantes possuem outra fonte de renda para sobreviver, enquanto 87% só têm a prostituição como forma de sustento.



Com relação à discriminação do homossexual, com ênfase o travesti, no mercado de trabalho, podemos observar que a grande maioria dos entrevistados (87%) tem como trabalho a prostituição, tendo em vista que o mercado de trabalho não está aberto à esta parte da população. De um outro lado, observamos uma pequena parcela que exerce uma outra função além da prostituição, mas que também não é reconhecida em carteira de trabalho, mesmo que seu “chefe” seja gay. Encaramos a prostituição como um trabalho: por um lado, uma oferta do corpo, de outro, uma procura de satisfação sexual. Existindo apenas, “a troca de uma prestação de prazer por uma prestação de dinheiro”. A prostituição não pode, nestes casos ser comparada com a vagabundagem, ação unilateral, pois o meretrício era bilateral: Ao se encarar a prostituição como um trabalho, discriminalizamos esse tipo de vida. Segundo *Evaristo de Moraes, um dos maiores criminólogos brasileiros da virada do século XIX para o XX:*

“A prostituição era um “mal necessário” para a preservação da moral no lar, não podendo ser considerada crime. Entretanto, ela foi criminalizada como “ato imoral” que ameaçava a vida social. Paralelamente a isso, existiu uma repressão médica, que perpassava a profilaxia da sífilis, e uma repressão

moral contra os "escândalos" promovidos pelas meretrizes. Implantou-se, portanto, uma penalização quanto à "conduta anti-social (anti-higiênica ou desmoralizante das meretrizes que ofendessem a sociedade e o Estado)".³¹

A Medicina foi uma forma de penalizá-la, pois a polícia devia capturar as prostitutas para exames médicos. Tratava-se, então, de um controle da sexualidade vista como criminosa pelo discurso da Criminologia: declarava-se ser necessário uma Polícia Sanitária para criminalizar a prostituição. A prostituição masculina, entendida como muito pior do que a feminina, devia, portanto, ser reprimida de forma ainda mais eficaz. Não se via nessa prostituição uma forma de trabalho e procura de satisfação sexual e sim um crime. O homossexualismo masculino foi a forma de sexualidade em relação à qual a visão dos criminólogos esteve mais enraizada na visão da Psiquiatria, onde buscaram as origens da criminalidade.

g) Prevenção às DST/AIDS pelos entrevistados

Neste estudo não poderíamos deixar de pensar nas questões relacionadas à epidemia da AIDS e, como esta está relacionada ao cotidiano das travestis, principalmente daquelas que são profissionais do sexo, e as possibilidades de verificarmos como este grupo utiliza o sistema de saúde, público e privado e se não o faz quais são os motivos e também como fazem em um momento de doença.

³¹ MORAES, Evaristo de. *Ensaio de Patologia Social*. Rio de Janeiro, Leite Ribeiro, 1921, p. 238-249.

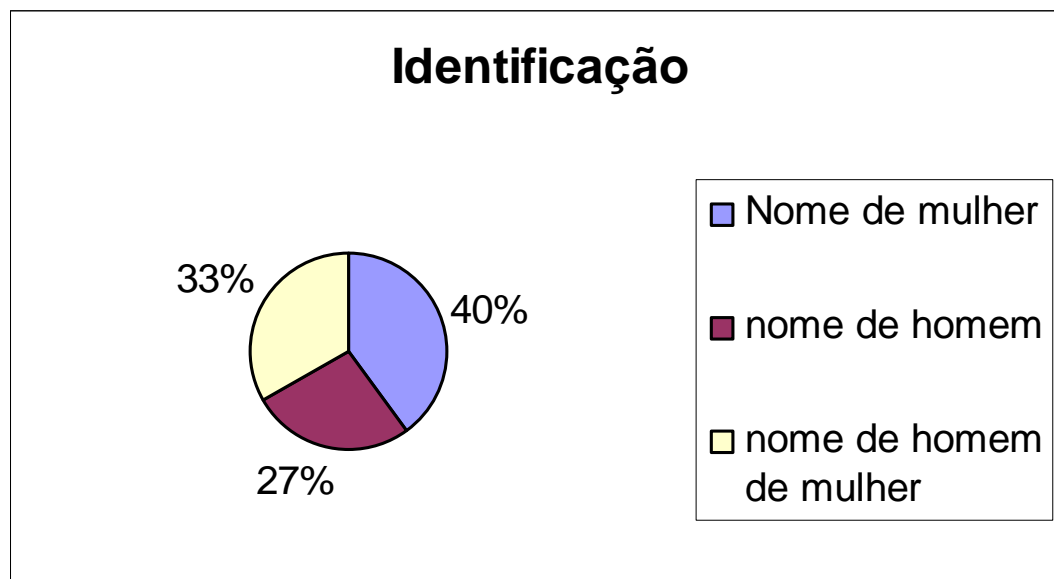


Alguns entrevistados (37%), mesmo sabendo do risco de contrair alguma doença sexualmente transmissível, admitiram que se o cliente oferecer um dinheiro a mais ou se o parceiro lhe dê garantia de fidelidade, aceitam manter relações sexuais sem o uso do preservativo. Por um outro lado, vemos um grande quantitativo que não abre mão de usar o preservativo, principalmente as travestis, já que suas vidas estão sempre expostas, mediante o trabalho que lhe é oferecido pela sociedade.

Em relação às DST/AIDS, 67% dos entrevistados fazem uso do preservativo sempre, enquanto 33% abrem mão quando o cliente oferece uma quantia maior pelo programa ou quando o parceiro lhe oferece garantia de fidelidade absoluta.

h) A identidade dos travestis/transgêneros

Um dado que surgiu durante o processo de pesquisa entre os travestis foi o aparecimento de dados acerca da observação da identificação dos sujeitos e sua relação com sua orientação sexual. Podemos notar que 40% dos sujeitos se identificam socialmente com nome de mulher, enquanto 33% atendem pelas duas identidades e 27% se identificam com nome de homem.



Com base nesta amostragem, de extremo valor, a pesquisa se estruturou e pode revelar dados muito interessantes e que muitas pessoas não têm acesso.

i) Considerações sobre o estudo

O estudo de campo realizado com os homossexuais masculinos, femininos e travestis profissionais do sexo mostrou-se uma fonte valiosa de informação. A análise da entrevistas revelou dados bastante interessantes, não apenas sobre a inserção do sujeito travesti no âmbito escolar, mas também com relação ao processo de aquisição de uma identidade e a forma como este sujeito é afetado pelo forte preconceito e pela discriminação existente na sociedade. Cabe ressaltar, que o estudo de campo representa apenas um segmento específico da comunidade de travestis profissionais do sexo, e, portanto, seus resultados não podem ser generalizados.

Contrariando alguns meios acadêmicos, alguns dos sujeitos afirmaram terem nascido homem e homossexuais, porém com o tempo identificaram-se com o corpo da mulher, mesmo sabendo que a construção da identidade travesti ter

sido definida como um processo que dura a vida toda. Porém o presente estudo não se prendeu à questão da construção da identidade, porém, durante o percurso, percebemos uma grande controvérsia nos discursos, principalmente no que diz respeito à identificação (nome) social (carteira de identidade). Alguns sujeitos (como mostra o gráfico), ao se identificarem usaram os nomes masculinos, ao invés do feminino e outros usaram os dois gêneros, causando-nos certo desconforto junto à leitura de alguns textos e artigos, Porém acreditamos ser este um estudo para o futuro.

Outro fato apresentado de bastante relevância é a utilização do preservativo para prevenção das DST/AIDS, que interfere diretamente no trabalho realizado por estas pessoas como meio de subsistência, ou seja, a prostituição, já que se o cliente pagar um pouco mais, o sujeito aceita realizar o programa sem a camisinha, sujeitando-se, não somente às DST, como também ao vírus da AIDS. A contaminação também pode ocorrer do travesti para seu cliente, já que se ele aceita vários programas desprevenidos, o risco de infecção aumenta.

Em relação ao âmbito escolar. Podemos notar, através deste trabalho de campo, que muitos travestis abandonam os estudos ainda na adolescência por sofrerem os mais diversos tipos de discriminação, seja ela uma simples piadinha ou mesmo agressão física, tornando assim, a escola um lugar indesejável para estes sujeitos. Não se percebe em muitas escolas um trabalho acerca do tema homossexualismo, aumentando ainda mais o abismo da discriminação e violências contra homossexuais adolescentes.

O trabalho formal também é um outro tema bastante complexo e que merece uma atenção especial por parte das políticas públicas e sociais, já que muitos destes jovens ao abandonarem a escola e assumirem sua condição homossexual e travesti para a família são expulsos de casa e precisam de um meio de subsistência. Como vivemos em uma sociedade baseada nos princípios morais e que o sexo, independente de qualquer outra situação, é um tabu, a

estes sujeitos só lhes resta à prostituição, ou os que conseguem lutar contra as regras, conseguem trabalhar em profissões tidas como inferiores: cabeleireiro, manicure, faxineiro... Ainda há uma grande restrição de trabalho para estas pessoas, que além de não se enquadrarem dentro dos padrões sociais, ainda possuem baixa ou nenhuma escolaridade.

O preconceito entre os grupos, que de certa forma também sofrem discriminação por causa da sua orientação sexual também nos mostra que entre os próprios homossexuais (masculino ou feminino) há uma forte discriminação contra os travestis e transgêneros, embora de forma mais moderado do que do heterossexual para com o homossexual como um todo. Vale ressaltar ainda que o preconceito religioso também seja forte com relação aos travestis, já que a grande maioria das religiões não aceita o homossexualismo, podemos notar que as religiões africanas se mostram mais amistosas com estas pessoas.

Enfim, ainda há muito a ser explorado no campo de estudo acerca do comportamento homossexual e no caso deste trabalho dos travestis, já que esta pesquisa se limitou a um número reduzido de participantes. Com certeza, daqui a alguns anos teremos vários trabalhos que envolvam o assunto, já que se faz um tema muito rico e presente em nosso cotidiano e, certamente ainda há muito que explorar.

CAPÍTULO 3 - O SERVIÇO SOCIAL E O TRABALHO JUNTO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS

3.1 – Os Movimentos Sociais vistos como novas alternativas para o trabalho do Serviço Social

O Movimento homossexual visto como movimento social organizado veio tomar impulso na década de 80, um período marcado pela abertura política e pelo fim da ditadura militar no país. Neste mesmo período, as indústrias começaram a demitir funcionários por causa da crise econômica, acompanhada da elevação dos índices inflacionários e do crescimento da dívida externa e, assim, surge uma grande demanda acerca das populações marginalizadas e empobrecidas. Coincidentemente, nesta mesma época o Serviço Social começa a se envolver com os grupos organizados, sindicatos e movimentos sociais, abrindo um novo campo de trabalho e com o intuito de ampliar a cidadania todos os cidadãos, conforme nos mostra Silva e Silva:

“A partir de 1979, quando a categoria dos assistentes sociais passa a ampliar um vinculação orgânica com os trabalhadores e marginalizados da sociedade, no contexto de rearticulação da sociedade brasileira, esses setores passaram a demandar para o Serviço Social apoio às suas reivindicações para a ampliação das políticas sociais na perspectiva de um direito social de classe, no contexto das grandes lutas que marcaram a década de 80, em prol da ampliação da cidadania)”³²

Com a participação do assistente social junto aos movimentos sociais, o trabalho deste profissional também passa por mudanças, deixando de assumir um papel coercitivo em prol da burguesia para assumir uma postura mais educadora e organizadora, propondo mudanças nas políticas assistenciais, como nos diz Silva e Silva:

³² Silva e Silva, Maria Ozanira(coord). O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 2ª edição, Editora Cortez, 2002. p.66.

“O que se verifica é que historicamente, ao se inserir no processo das políticas sociais e ao se engajar em movimentos sociais, os Assistentes sociais têm assumido essencialmente a função de prestador de serviços e de educador, organizador.”³³

O Serviço Social passa, então, a rever toda a sua ação e postura perante as classes populares, os movimentos sociais e a classe trabalhadora, transformando essas categorias em referências básicas para pensar o vínculo da profissão com estes movimentos, este é o marco para que haja a ruptura com o Serviço Social conservador, fazendo com que o profissional de Serviço Social deixasse de ser um mero agente coercitivo e passando a pensar em políticas públicas e na ampliação da cidadania plena a todos os cidadãos. Sobre este contexto, Silva e Silva diz que:

***“Na bibliografia de Serviço Social, as categorias classes populares e movimentos populares constituem elementos teóricos significativos no processo de construção da proposta de ação profissional que enfoca a questão do vínculo do Serviço Social com sua clientela. Pode-se dizer que a categoria classes sociais é a referência básica para pensar o preconizado vínculo da profissão como os setores populares. Ou seja, essa categoria é fundamental no desvelamento da dimensão política da profissão e um marco que separa a ruptura do conservadorismo”.*³⁴**

Na década de 90, o movimento homossexual encara uma verdadeira batalha contra a AIDS, já que neste momento, os homossexuais estavam mais vulneráveis ao vírus causador da doença (HIV). As Organizações Não Governamentais – ONG’S, instituições ligadas ao assunto, começaram a se mobilizar, já que suas demandas de portadores de AIDS aumentaram e era preciso urgentemente lutar contra o preconceito e a discriminação acerca destas

³³ Ibidem. p. 66.

³⁴ Ibidem p.138.

pessoas. Esta luta faz com que os Assistentes Sociais passem a se envolver e conhecer melhor a causa homossexual. Em muitas instituições são organizados grupos com o intuito de se pensar em políticas assistenciais e garantir o direito dos portadores do vírus, reinserindo-os na sociedade. É neste momento, que os movimentos sociais começam a se organizar e passam a ser denominadas ONG's (Organizações não Governamentais) e, abrem um novo campo de trabalho para os assistentes sociais. Para entendermos melhor o que é uma ONG, recorro ao site da ABONG (Associação Brasileira de Organizações não Governamentais), que diz que:

“Uma ONG é constituída pela vontade autônoma de mulheres e homens, que se reúnem com a finalidade de promover objetivos comuns de forma não lucrativa. Nossa legislação prevê apenas três formatos institucionais para a constituição de uma organização sem fins lucrativos, com essas características: associação, fundação e organização religiosa. Por não ter objetivos confessionais, juridicamente toda ONG é uma associação civil ou uma fundação privada”.³⁵

As primeiras ONG's nascem com as demandas e dinâmicas dos movimentos sociais, neste nosso caso, os movimentos homossexuais. As demandas destas movimentos variam desde os casos de violência doméstica, prevenção à DST/AIDS, luta pelos direitos constitucionais até as propostas de políticas públicas para este público alvo e, trazem para o Serviço Social uma enorme relevância, já que uma das atribuições destes profissionais é a elaboração de políticas sociais mais justas e menos excludentes.

Apesar do movimento homossexual ser entendido como movimentos social organizado, no Brasil, ainda há muito o que amadurecer, já que apenas alguns movimentos questionam o sistema capitalista excludente vigente. A centralidade que o assunto homossexualidade vem ganhando no setor político se constitui

³⁵ Disponível no site www.abong.org.br

em um novíssimo desafio para o Serviço Social, no sentido de propor e estabelecer estratégias de intervenção que propiciem para esta população uma perspectiva emancipatória da cidadania e não da exclusão social.

Para melhor ilustrar a relevância do Movimento homossexual para a profissão mostrarei como funciona o Serviço Social no meu campo de prática de estágio - O Grupo Cidadania Gay de Conscientização Homossexual.

3.2-O Serviço Social e o trabalho junto ao Grupo Cidadania Gay de Conscientização Homossexual

O Serviço Social do Grupo Cidadania Gay de Conscientização Homossexual tem seu trabalho baseado nos princípios fundamentais da profissão conforme descritos em seu Código de Ética:

- Reconhecimento da liberdade;
- Defesa intransigente dos Direitos Humanos;
- Ampliação da cidadania;
- Defesa do aprofundamento da democracia;
- Posicionamento em favor da equidade e justiça social;
- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito;
- Garantia do pluralismo;
- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária;
- Articulação com os movimentos de outras categorias;
- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população
- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado³⁶.

³⁶ Assistente social: ética e direitos. Coletânea de Leis e Resoluções. 4ª edição. CRESS 7ª R – RJ. 05/2003.

a) Objetivos do Serviço Social do Grupo Cidadania Gay de Conscientização Homossexual

Desenvolver uma prática profissional que viabiliza a participação dos usuários e das equipes multidisciplinares no processo de decisão quanto às ações realizadas no âmbito da saúde, educação, direitos humanos e implementação de políticas públicas, buscando a efetivação de um atendimento mais participativo que, conseqüentemente, favorecerá o exercício da cidadania.

- Planejar e executar projetos juntos aos usuários do Grupo Cidadania Gay de Conscientização Homossexual;
- Informar os usuários seus direitos enquanto cidadãos;
- Promover uma relação;
- Estabelecer um elo com os órgãos gerenciadores do SUS, Representações Municipais e com os diversos recursos da comunidade;

b) Público alvo do Serviço Social do Grupo Cidadania Gay de Conscientização Homossexual

Homossexuais (masculinos e femininos) e travestis/ transgêneros que tenham seus direitos como cidadão violados e, ou vítimas de violência física ou simbólica.

c) Equipe do Grupo Cidadania Gay de Conscientização Homossexual

Constituída por uma assistente social, um estagiário de Serviço Social, psicólogo, coordenador pedagógico e profissionais da rede de atendimento.

d) Atividades desenvolvidas pelo Serviço Social do Grupo Cidadania Gay de Conscientização Homossexual

- Atendimento ao público interno e externo;
- Orientações quanto aos direitos humanos fundamentais dos cidadãos;
- Orientações previdenciárias;
- Contatos encaminhados aos recursos da comunidade (trabalho com as redes de atendimento – ONG's, serviços médicos, advogados...);
- Realização de reuniões com as equipes e com a rede de atendimento;
- Palestras em escolas e empresas;
- Entrevista social;
- Visita domiciliar;
- Prevenção às DST/AIDS;
- Resgate de familiares de usuários portadores do HIV/AIDS;
- Supervisão de estágio.

O trabalho com homossexuais é um novo desafio para os assistentes sociais, tendo em vista que a demanda de trabalho aumentou, principalmente no que diz respeito às DST/AIDS e violação de direitos. O Serviço Social do Grupo Cidadania Gay de Conscientização Homossexual luta para que os homossexuais tenham seus direitos de cidadão garantidos por lei, bem como o acesso destas pessoas aos serviços prestados pelo Estado à sociedade como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao seguir a hipótese de que os homossexuais formam um grupo social que interage com o contexto social ao qual pertencem, cheguei a vários questionamentos. Pude compreender os rearranjos e lutas realizadas pelo Movimento Homossexual na atualidade, que a meu ver se caracterizam pelos diferentes tipos de organizações existentes acerca do assunto.

Ficou claro pra mim, que o Movimento Homossexual estará sempre numa perspectiva de mudança, pois a sociedade está sempre em constante processo de transformação. A forma de se ver a homossexualidade na Grécia Antiga, difere de como ela é vista hoje. Pude notar que a trajetória histórica da homossexualidade é repleta de altos e baixos, já que num momento ela é tida como um traço cultural e num outro, ela passa a simbolizar um “mal” para a sociedade.

Também pude refletir que a exclusão e a desigualdade social muitas vezes fazem com que os homossexuais, principalmente os de baixa renda, sejam excluídos do convívio social, como no caso estudado, da família, da escola e da sociedade. A exclusão dos homossexuais dos grupos básicos de socialização acaba ocasionando um abismo entre estas pessoas e a sociedade como um todo, já que uma vez excluído do seu núcleo familiar e do grupo escolar, estes sujeitos ficam mais vulneráveis à miséria, pobreza e exclusão do mercado de trabalho.

O presente trabalho também procurou mostrar que os travestis e transgêneros são os mais vulneráveis à exclusão social, tendo em vista, que quando passam a se vestir como o sexo oposto, automaticamente são expulsos do convívio social, trancando-se em guetos. Neste caso específico observei que com o mercado de trabalho formal fechado à estas pessoas, o que lhes resta é a vender seus corpos em troca de sua sobrevivência.

Fica registrado neste Trabalho de Conclusão de Curso, que as políticas públicas, principalmente no que diz respeito à Educação formal, precisam

elaborar maneiras para que estas pessoas não fiquem de fora do processo educacional, pois por causa da desinformação de professores, diretores e alunos é que muitos homossexuais masculinos e femininos deixam a escola e, pior, por causa das violências físicas e simbólicas sofrida no interior dos estabelecimentos de ensino.

Os principais desafios para o assistente social que atua diretamente com grupos de homossexuais são vários, tendo em vista que este público alvo traz consigo uma demanda de problemas ocasionados pelas questões sociais, nas suas múltiplas expressões.

Avalio que a homossexualidade vem ganhando cada vez mais centralidade no campo das políticas sociais e o assistente social que visa impedir o processo de discriminação e exclusão social destas pessoas frente às transformações oriundas da sociedade, deve em um primeiro plano agir de maneira imediata na tentativa de atender às demandas urgentes. É fundamental, num segundo plano, o rompimento com as ordens morais impostas pela sociedade e, desperte nestes sujeitos, a sua emancipação, construção da cidadania e fuga da subalternidade, levando em consideração as particularidades de cada usuário.

O profissional do Serviço Social comprometido com o processo de transformação é um agente socializador de informações, preocupado principalmente com a garantia dos direitos sociais, proporcionando ao usuário uma educação crítica e libertadora. Por isso, é de extrema importância que a categoria dos assistentes sociais lute sempre pelos direitos sociais fundamentais de seus atendidos, usuários, pacientes ou clientes. Sempre com o intuito que este indivíduo reflita acerca de seus direitos e deveres como cidadão e, que passe a ter um olhar crítico acerca das políticas públicas que lhe é de direito, fazendo valer assim e, por conta própria, seus direitos mínimos para ser tratado como cidadão brasileiro.

A construção deste Trabalho de Conclusão de Curso foi uma experiência muito significativa e gratificante, pois através dele aprofundei minhas reflexões acerca da homossexualidade e suas implicações na realidade social e me motiva a realizar minhas metas profissionais como assistente social.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, José L. F. Medicina, leis e moralidades: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930). Editora UNESP, São Paulo, 1998.

ARANHA, Maria Cristina Bruschini. Mulher, casa e família. Cotidiano nas camadas médias paulistanas. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 1990.

ARIÉS, Pierre e BÉJIN. Sexualidades ocidentais. Editora Brasiliense, São Paulo: 1985.

Assistente social: ética e direitos. Coletânea de Leis e Resoluções. 4ª edição. CRESS 7ª R – RJ. 05/2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA INTERDISCIPLINAR DE AIDS. Cidadania e Direitos nº1. Estigma, discriminação e AIDS. Rio de Janeiro: 2001.

BANDINTER, Elisabeth. XY: sobre a identidade masculina. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1993. IN: TREVISAN, João Silvério. Seis balas num buraco só. A crise do Masculino. Editora Record, Rio de Janeiro, 1998. p. 40.

BARCELOS, José Carlos. Literatura e Homoerotismo masculino: perspectivas teórico-metodológicas e práticas críticas *in* Caderno Seminal. Rio de Janeiro: DIALOGARTS, 2000, v. 8.

BENITES, Maria José de Oliveira. Fantasias sexuais dos “Travestis” in Revista Brasileira de Sexualidade Humana. V. 7, março de 1996. São Paulo: Iglu Editora, 1996.

BENTHAM, Jeremy. O Panóptico. Editora Autêntica, Belo Horizonte, 2000.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade. Cia das Letras, São Paulo, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação? 26ª edição, Editora Brasiliense, Coleção primeiros Passos, São Paulo, 1991.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Fernando Luiz. O que é orientação sexual? São Paulo: Brasiliense, 1996.

CERTEAU, Michel de. A cultura no plural. Editora Papyrus, Campinas 1994.

CORRÊA, Sonia. Gênero e Sexualidade como sistemas autônomos: idéias fora do lugar? In: Richard Parker e Regina Maria Barbosa, Sexualidades Brasileiras. Relume Dumará: ABIA: IMS/UERJ, Rio de Janeiro, 1996.

Costa, Suely Gomes. Assistência Social como Política Social. p 48.

COSTA, Jurandir Freire. O referente da identidade homossexual. In: Richard Parker e Regina Maria Barbosa (Orgs.), Sexualidades Brasileiras. Editora Relume Dumará: ABIA: IMS/UERJ, Rio de Janeiro 1996.

_____. A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo. Editora Relume-Dumará, Rio de Janeiro 1992.

_____. Ordem médica norma familiar.: Editora Graal, Rio de Janeiro, 1997.

_____.IN: FUKUI, L. Segurança nas escolas. IN: Zaluar, Alba (org.). violência e educação. Editora Cortez, São Paulo, 1992, P. 103.

CRILLANOVICK, Quéfren. Mais que corpos performáticos na vitrine: um estudo exploratório sobre a percepção de travestis prostitutos de Brasília acerca de seu espaço de *Trottoir*. Brasília: Universidade de Brasília/Departamento de Geografia, 1997.

DANIEL, Marc e BAUDRY, André. Os homossexuais. Editora Artenova, Rio de Janeiro, 1977.

ENGEL, Magali. História e Sexualidade *in* CARDOSO, C. e VAINFAS, R. Domínios da História. Editora Campus, Rio de Janeiro 1997. p 301.

FACCHINI, Regina. Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Garamond Universitária, 2005. Rio de Janeiro.

FIGUEIRÓ, Mary Neide D. “A produção teórica no Brasil sobre e Educação sexual”, Cadernos de Pesquisa, n° 94, ago, 1996.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade 1. A vontade de saber. Editora Graal, Rio de Janeiro, 1985.

_____. História da Sexualidade 2. O uso dos prazeres. Editora Graal, Rio de Janeiro, 1985.

_____. História da Sexualidade 3. O Cuidado de Si. Editora Graal, Rio de Janeiro, 1985.

_____. Microfísica do poder. Editora Graal, Rio de Janeiro, 1993.

_____. Vigiar e Punir. Editora Vozes, Petrópolis, 1998.

FRY, Peter. Da hierarquia à Igualdade: A Construção Histórica da Homossexualidade no Brasil. In: Fry, Peter. Para Inglês Ver: Identidade e Política na Cultura Brasileira. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 1982.

_____; MacRAE, Edward. O que é homossexualidade? Editora Brasiliense, São Paulo, 1983.

GARCIA, Wilton. A forma estranha: ensaios sobre cultura e homoerotismo.: Edições Pulsar, São Paulo, 2000.

GÓIS, João Bosco Hora. Olhos e ouvidos para atos (quase) privados: a formação de uma percepção pública da homossexualidade como doença *in* PUPPIN, Andréa B.; MURARO, Rose Marie (org.). Mulher, Gênero e Sociedade. Editora Relume Dumará:FAPERJ, Rio de Janeiro, 2001.

KATZ, Jonathan Ned. A invenção da heterossexualidade. Ediouro, Rio de Janeiro, 1996.

LIMA, Estácio. A inversão dos sexos. Rio de Janeiro, Guanabara, s/d.

LYRA, Bernadette; GARCIA, Wilton. Corpo e Cultura. Editora Xamã/Eca-USP, São Paulo, 2001.

MACRAE, Edward. A Construção da Igualdade - Identidade Sexual e Política no Brasil da "Abertura". Editora da UNICAMP, Campinas, 1990.

_____. Movimentos Sociais e os Direitos de Cidadania dos Homossexuais. *In* Ângela Araújo (org.). Trabalho, Cultura e Cidadania. São Paulo, 1997.

MÍCOLES, Leila; DANIEL, Herbert. Jacarés e Lobisomens. Dois Ensaio sobre a Homossexualidade. Editora Achiamé, Rio de Janeiro, 1983.

MORAES, Evaristo de. Ensaio de Patologia Social. Editora Leite Ribeiro, Rio de Janeiro, 1921.

Mott, Luiz. Crônicas de um gay assumido. Editora Record, Rio de Janeiro, 2003.

_____. "Homossexuais: As Vítimas Principais da Violência", *In*: G. Velho; M. Alvito (Orgs). Cidadania e Violência. Editora UFRJ/Editora FGV, Rio de Janeiro, 1996.

_____. A Queimação do Judas. *In* SUIGENERIS, ano IV, nº 36

_____. Homossexualidade e Anarquia. *In* Libertários, nº 3, set.98. São Paulo, (...), pp 50-52.

NAZZARI, Muriel. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo. Brasil, 1600-1900.

PARKER, Richard e BARBOSA, Regina M. (Orgs.) Sexualidades Brasileiras. Editora Relumê-Dumará, ABIA, IMS, UERJ, Rio de Janeiro, 1996.

_____ e GAGNON, John H. (Orgs.) As Sexualidades Pós-Modernas. Editora Relume-Dumará, Rio de Janeiro.

PORTOCARRERO, Vera; BRANCO, Guilherme Castelo (org). Retratos de Foucault. Rio de Janeiro: Nau, 2000.

RODRIGUES, Humberto. O amor entre iguais. Editora Mythos, São Paulo, 2004.

SANTOS, Rick. O Corpo Queer *in* LYRA, Bernadette; GARCIA, Wilton. Corpo e Cultura. Editora Xamã/Eca-USP, São Paulo, 2001.

SANTOS, Rick e GARCIA, Wilton (Orgs.). A Escrita de Adé: Perspectivas Teóricas dos Estudos Gays e Lésbicos no Brasil. Editora Xamã-NCC/SUNY, São Paulo, 2002.

SCOTT, Joan W. “Gênero: Uma Categoria Útil para Análise Histórica”, Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 20, n.2. jul/dez, 1995. p. 71-99

SELL, Teresa A. Identidade Homossexual e Normas Sociais (Histórias de Vida). Editora da UFSC, Florianópolis, 1987.

SILVA, Hélio. Travesti, a Invenção do Feminino. Editora Relume-Dumará, Rio de Janeiro, 1993.

SILVA, Lindomar Expedito. Formação de Identidade e a homossexualidade: Contribuições para Construção de Teoria em Psicologia Social. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: Departamento de Psicologia, Universidade Gama Filho, 1999.

SPENCER, Collin. Homossexualidade: uma História. Editora Record, Rio de Janeiro, 1997.

Silva e Silva, Maria Ozanira (coord). O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 2ª edição, Editora Cortez, 2002.

SPOSATTI, Aldaiza. Mapa da Exclusão/inclusão social da Cidade de São Paulo. EDUC, São Paulo, 1996.

SULLIVAN, Andrew. *Praticamente Normal: Uma Discussão sobre o Homossexualismo*. Editora Companhia das Letras, São Paulo, 1996.

TERTO JR, Veriano. *Homossexuais Soropositivos e Soropositivos Homossexuais: Questões da Homossexualidade Masculina em Tempos de AIDS*. In: Richard Parker e Regina Maria Barbosa, *Sexualidades Brasileiras*. Editora Relume Dumará: ABIA: IMS/UERJ, Rio de Janeiro, 1996.

TERTO JR, Veriano. *Reinventando a vida: história sobre homossexualidade e Aids no Brasil*. Tese de doutorado, Instituto de Medicina Social da UERJ, Rio de Janeiro, 1997.

TRASFERETTI, José Antonio. *Igreja dos excluídos: pastoral na periferia dos centros urbanos: homossexualismo em questão – retratos desconexos* in CULTURA VOZES. Nº 4, julho/agosto 1997. São Paulo.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso, a homossexualidade no Brasil, da Colônia a atualidade*. 3ª edição, Editora Record. Rio de Janeiro, 2000.

UNESCO. IN: Folha de PE, 25/02/2004.

VAINFAS, Ronaldo. *História e Sexualidade no Brasil*. Editora Graal, Rio de Janeiro, 1986.

WONDER, Cláudia. *Quadra de Damas em Jogo*. Suigeneris., ano V, nº 42, Rio de Janeiro: 1999.

www.abong.org.br.